

CARLOS HENRIQUE GILENO

**LIMA BARRETO E A CONDIÇÃO DO NEGRO E DO
MULATO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade de Campinas, sob a orientação da
Prof.(a) Dr.(a) Walquíria G. D. Leão Rêgo.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
12 / 08 / 1997

Banca:

Prof.(a) Dr.(a) Walquíria G. D. Leão Rêgo
Prof.(a) Dr.(a) Élide Rugai Bastos
Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira

Walquíria G. D. Leão Rêgo
Élide Rugai Bastos
Marco Aurélio Nogueira

Campinas
agosto de 1997

UNIDADE	30
N.º CHAMADA	30
V.	Ex.
N.º DO BC	31700
PROD.	281/97
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	28/09/97
N.º GPD	

CM.00100646-9

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

G 39L **Gileno, Carlos Henrique**
Lima Barreto e a condição do negro e do mulato na Primeira
República (1889-1930) / Carlos Henrique Gileno . - - Campinas,
SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Walquíria G. D. Leão Rêgo.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Barreto, Lima, 1881 - 1922. 2. Literatura e sociologia.
3. Negros - Segregação. 4. Brasil - História - República Velha,
1889 - 1930. 5. Brasil - Questão racial. I. Rêgo, Walquíria G.
Domingues Leão. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Comissão Julgadora

Walquiria de Sá

5. de Sá

Luiz

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

a Ana Laura Mendonça Cardia, Renato Ramos Martini e Marcelo Santos, pelo entusiasmo amigo com que sempre me incentivaram neste trabalho;

a Rogério Baptistini Mendes, Milton Lahuerta e José Flávio Bertero, amigos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, pelas sugestões e críticas valiosas;

a Élide Rugai Bastos, que além de demonstrar desde o início vivo interesse pelo tema da dissertação, foi minha professora de Sociologia Brasileira no programa de pós-graduação da Unicamp, ajudando-me na busca da compreensão das especificidades do pensamento brasileiro;

ao professor Carlos Eduardo Berriel (IEL-Unicamp), que participou da minha banca de qualificação e desfez vários equívocos sobre o tema;

aos funcionários do CEDAE (IEL-Unicamp), que pacientemente auxiliaram-me na seleção de artigos de jornal sobre Lima Barreto;

ao CNPq, que financiou essa pesquisa;

No aprimoramento da minha formação acadêmica é inegável a participação da professora Walquíria G. D. Leão Rego, sem cuja orientação amiga e rigorosa esse trabalho não estaria concluído.

Índice

I. O Autor e sua obra	06
I.I Delimitação do Problema	18
II. Braços para o Trabalho?	21
II.I Singular destino da raça negra no Brasil!	39
III. Nós não somos nada nessa vida	53
IV. E não te mostres muito, porque nós... ..	69
V. Vocês não sabem o que é ser mulato!	90
VI. Considerações Finais	114
Bibliografia	117

I. O Autor e sua Obra

Filho do tipógrafo João Henriques de Lima Barreto e de Amália Augusta de Lima Barreto, mulata como João Henriques e ex-agregada de uma família importante, os Pereira de Carvalho¹, o romancista carioca Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no dia 13 de maio de 1881.

Oriundo de uma geração que presenciou as lutas republicanas e a consolidação do novo regime, Lima Barreto procurou abranger em seus escritos as principais questões sociais, políticas e culturais do seu tempo. Resgatado na década dos 40 por Astrojildo Pereira enquanto escritor que possuía uma percepção aguda da cidade do Rio de Janeiro da virada do século, as páginas de suas crônicas, contos e romances estão densamente povoadas tanto pela descrição da paisagem geográfica carioca como pelas pessoas ou grupos que a compunham. Parece que o romancista conhecia o Rio de Janeiro profundamente,

¹Um dos integrantes mais ilustres da família dos Pereira de Carvalho foi Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, considerado o Patriarca da Cirurgia Brasileira. Amália Augusta, mãe de Lima Barreto, era filha de Geraldina Leocádia da Conceição, da segunda geração de escravos da família. Manuel Feliciano, ao perder o seu único filho, tratou os quatro filhos de Geraldina Leocádia - Amália Augusta, Jorge, Carlos e Bernardino - como se fossem seus netos. Sobre esse assunto consultar BARBOSA, F. A. *A Vida de Lima Barreto*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 9-12.

pois quase nenhum tipo social ou recanto da cidade escapava da sua argúcia descritiva².

Do Lima Barreto que descreve desde os subúrbios mais distantes até a “alta elite” de Petrópolis, vemos emergir, em outro contexto analítico, o escritor que estabelece uma postura crítica frente aos padrões literários dominantes em sua época. Nesta seara, Lima Barreto renunciou os sopros da renovação modernista de 1922, pois na sua censura à tradição acadêmica - personificada, por exemplo, no parnasianismo - evidenciou-se a denúncia de uma linguagem que “mistificava” a realidade, já que, para o autor, ela estava presa a uma visão de mundo que voltava o seu olhar apenas para o lado “formal” da literatura, esvaziando as obras dos conflitos sociais engendrados por sua época histórica³.

²Sobre esse assunto consultar PEREIRA, A. *Interpretações*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante, 1944; BARRETO, L. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.; RÔNAI, P. Prefácio. In: *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Mérito, 1949; SEVCENKO, N. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 162-3.

³Segundo Antonio Amoní Prado, é importante para a formação do escritor Lima Barreto o exame crítico da linguagem dominante em sua época, pois “a partir das notas e registros do *Diário*, é possível constatar em que medida a preocupação com a linguagem e a contestação dos modelos que a consagram perante a tradição acadêmica foram decisivas para o surgimento do escritor. Na verdade, a visão da retórica e a consciência implícita do *real desfigurado pela linguagem* levam não apenas à resistência antecipada contra a permanência do velho estilo, como também anunciam o mecanismo ideológico responsável pela conversão do academismo em expressão da nova realidade.” - PRADO, A. A. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976, p. 12, grifos meus. Sobre o mesmo assunto consultar BOSI, A. *O Pré-Modernismo*. 5ª ed. São Paulo: Cultrix, s.d.; BOSI, A. *As Letras na Primeira República*. In: *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano (sociedade e instituições - 1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 297-8.

A nossa emotividade literária só se interessa pelos populares do sertão, unicamente porque são *pitorescos* e talvez não se possa verificar a verdade de suas criações. No mais, *é uma continuação do exame de português, uma retórica mais difícil* a se desenvolver por este tema sempre o mesmo: Dona Dulce, moça de Botafogo em Petrópolis, que se casa com o Doutor Frederico. O comendador seu pai não quer, porque o tal Doutor Frederico, apesar de doutor, não tem emprego. Dulce vai à superiora do colégio das irmãs. Esta escreve à mulher do ministro, antiga aluna do colégio, que arranja um emprego para o rapaz. Está acabada a história. É preciso não esquecer que o Frederico é moço pobre, isto é, o pai tem dinheiro, fazenda ou engenho, mas não pode dar uma mesada grande. *Está aí o grande drama de amor em nossas letras, e o tema de seu ciclo literário.* Quando tu verás, na tua terra um Dostoiévski, uma George Eliot, um Tolstói - gigantes destes, em que a força da visão, o ilimitado da criação, *não cedem passo à simpatia pelos humildes, pelos humilhados, pela dor daquelas gentes donde às vezes não vieram - quando?*⁴

O cronista do Rio de Janeiro e o adversário da linguagem academicista construiu um vasto painel da nossa sociedade. Registrou as festas populares e a ameaça que estas sofriam do anseio modernizador de Pereira Passos⁵, a febre do futebol⁶, o advento do feminismo⁷, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, burocratas, burgueses, militares, agregados, capangas, arrivistas,

⁴BARRETO, L. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p. 67, grifos meus.

⁵BARRETO, L. *Feiras e Mafuás*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Mérito, 1953.

⁶BROCA, B. Lima Barreto e o Esporte. In: *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991, p. 364-9; BARRETO, L. Bendito Futebol. In: *Feiras e Mafuás*, op. cit., p. 83-7.

⁷VASCONCELLOS, E. Lima Barreto: misógino ou feminista?: uma leitura de suas crônicas. In: CANDIDO, A. [et. al.] *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 1992, p. 255-69.

políticos, imigrantes, literatos, jornalistas, ex-escravos, etc. Nota-se uma intenção febril de narrar todos os aspectos da sociedade republicana, suas mazelas, seus vícios e o seu divórcio dos interesses populares.

Em março de 1897, Lima Barreto ingressou na Escola Politécnica, localizada no Largo São Francisco de Paula. Pretendia tornar-se engenheiro, para satisfazer seu pai João Henriques, para quem o futuro romancista deveria ascender socialmente pelo saber, tal como o protagonista do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Entretanto, Lima Barreto era apenas um aluno regular, as ciências exatas não o atraíam a ponto de dedicar-se a elas por inteiro. Preferia ficar horas a fio na Biblioteca Nacional, estudando filosofia nos textos de Kant, Spencer, Comte, Condillac, Condorcet e Le Bon⁸.

A militância intelectual e política dentro da Politécnica parecia interessar mais a Lima Barreto que os livros de *Cálculo*. Juntamente com Bastos Tigre colaborou na *Lanterna*, jornal de estudantes universitários que congregava as diversas faculdades da época. Nas

⁸BARBOSA, F.A. *A Vida de Lima Barreto*., op. cit., p. 76-7.

suas colaborações, a ironia que o singularizou como escritor recaía sobre alunos e professores⁹.

O ambiente da Politécnica não agradava a Lima Barreto¹⁰. Convivia com pessoas de uma posição superior a sua, o que lhe causava alguns tormentos. Foi nessa faculdade que o autor de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* começou a sentir o peso do preconceito racial.

Quanto ao preconceito de raça, na Escola Politécnica daquele tempo, conta-se um episódio significativo, em que justamente Lima Barreto aparece como uma das personagens. A ser verdadeiro, bastaria para justificar o mal-estar em que vivia o aluno modesto e tímido, desde o momento da sua inscrição no primeiro ano do Curso Geral. O fato é que, ao tomar conhecimento do nome bonito do novo colega - Afonso Henriques de Lima Barreto -, um veterano mal-humorado fizera para o secretário da Escola, Sousa Ferreira, o seguinte comentário:

- Vejam só! Um mulato ter a audácia de usar o nome do rei de Portugal!¹¹

O nome Afonso fôra dado a Lima Barreto pelas relações de seu pai com o senador monarquista Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto), padrinho de casamento de João Henriques, que o conhecera desde a sua participação como tipógrafo no jornal *A*

⁹Idem, p. 80-5.

¹⁰Sobre esse assunto consultar as anotações de Lima Barreto no *Diário Íntimo*, em 2 de Julho de 1990. *Lima Barreto, um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia, 1993, p. 7-11.

Tribuna Liberal. É certo que Lima Barreto sofria com o preconceito. Em algumas passagens do seu *Diário Íntimo* presenciamos várias alusões preconceituosas à sua cor¹¹. Entretanto, o escritor carioca não permaneceria impassível frente ao preconceito racial existente no início do século. A sua formação de romancista e jornalista sempre combaterá impiedosamente o estigma do preconceito presente em nossa vida social.

Em 1902, João Henriques enlouqueceu. Lima Barreto, obrigado a cuidar da família, abandonou o curso da Politécnica e ingressou como amanuense na Secretaria da Guerra. Nesse período, começou a

¹¹BARBOSA, F.A., op. cit., p. 87-8.

¹²"Hoje, comigo, deu-se um caso que, por repetido, mereceu-me reparo. Ia eu pelo corredor afora, daqui do Ministério, e um soldado dirigiu-se a mim, inquirindo-me se era contínuo. Ora, sendo a terceira vez, a coisa feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue frio para que não desmentisse com azedume. Eles, variada gente simples, insistem em tomar-me como tal, e nisso creio ver um formal desmentido ao professor Broca (de memória). Parece-me que esse homem afirma que a educação embeleza, dá, enfim, outro ar à fisionomia.

Por que então essa gente continua a me querer como contínuo, por quê?

Por que... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia de desgosto e ele far-me-á grande.

Era de perguntar se o Argolo, vestido assim como eu ando, não seria tomado por contínuo: seria; mas quem o tomasse teria razão, mesmo porque ele é branco.

Quando me julgo - nada valho; quando me comparo, sou grande.

Enorme Consolo." - Anotação de 26 de novembro de 1904. *Lima Barreto, um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*, op. cit., p. 26-7.

"Hoje (6 de novembro) fui à ilha, pagar dívidas de papai (490); paguei-as uma a uma: entretanto, na volta, estava triste; na estação de São Francisco (vim pela Penha), ao embarcar, me invadiu tão grande melancolia, que resolvi descer à cidade. Que seria? Foi o vinho? Sim, porque tenho observado que o vinho em pequenas doses causa-me melancolia; mas não era o sentimento; era outro, um vazio n'alma, um travo amargo na boca, um escárnio interior. Que seria? Entretanto, eu o quero atribuir ao seguinte:

Na estação, passeava como que me desafiando o C. J. (puto, ladrão e burro) com a esposa ao lado. O idiota tocou-me na tecla sensível, não há negá-lo. Ele dizia com certeza:

- Vê, "seu" negro, você pode me vencer nos concursos, mas nas mulheres, não. Poderás arranjar uma, mesmo branca como a minha, mas não desse talhe aristocrático.

atuar intensamente na imprensa carioca. Em 1903, colaborou na confecção de jornais e revistas, tais como o *Tagarela*, jornal humorístico de Raul Klixto, no semanário *O Diabo* de Bastos Tigre, e desempenhou por alguns meses a função de secretário na *Revista Época*, comandada por Carlos Viana. Em 1904, escreveu a primeira versão de *Clara dos Anjos*, romance que seria publicado apenas em 1922 na revista *O Mundo Literário*.

No ano de 1907, Lima Barreto fundou a revista *Floreal*, que teria uma existência efêmera. Nesta revista, o autor iniciou a publicação de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Em 1909, juntamente com seu amigo Antonio Noronha Santos, o romancista editou um panfleto contra a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República, denominado *O Papão - semanário dos bastidores da política, das artes e... das candidaturas*.

O ano de 1910 assinalou o retorno do Exército à esfera da política nacional. Subordinado às oligarquias civis de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, onde o vulto de Pinheiro Machado se destacava, o Exército não voltaria a atuar de forma autônoma na vida

Supor-tei o desafio e mirei-lhe a mulher de alto a baixo e, dentro de alguns anos, espero encontrar-me com ela em alguma casa de alugar cômodos por hora." - Anotação de 6 de novembro de

política¹³. O candidato dos militares era Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra do ex-presidente Afonso Pena e sobrinho do velho Deodoro da Fonseca. O opositor de Hermes, Rui Barbosa, era o candidato preferido de São Paulo e da Bahia, oferecendo à campanha de 1909-10 uma reação contra a intervenção do Exército na política. Apesar de Rui Barbosa receber o apoio da oligarquia paulista, a sua plataforma de campanha pautava-se ideologicamente pelas “liberdades públicas”, pela “cultura”, pelas “tradições liberais”, contra o “Brasil inculto, oligárquico e autoritário”.

Lima Barreto não foi um “ruísta” convicto. Nem sequer admirava os “dotes” intelectuais e políticos de Rui Barbosa¹⁴. Via no baiano ilustre apenas uma candidatura civil contra os militares. Esse era um dos principais motivos do seu apoio à candidatura de Rui. Todo esse clima de agitação política o escritor relatou satiricamente no romance *Numa e a ninfa*, publicado em 1915 no jornal *A Noite*.

1904. *Idem*, p. 21-2.

¹³Sobre esse assunto consultar FAUSTO, B. As crises dos anos vinte e a Revolução de 30. In: *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano, sociedade e instituições (1889-1930)*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, vol. 2, 1985, p. 403-26.

¹⁴Querido Antonio.

Recebi hoje a tua carta e o teu cartão. Vieram no mesmo pacote e chegaram aqui com Anatole France. O Verissimo, o Medeiros e os insuportáveis estudantes (não estava o Lacerda) consagraram-no a valer. O barão convidou-o a almoçar no Itamarati e a academia deu uma sessão em honra a ele. *O Rui falou, falou com aquela pretensão e aquela falta de visão que lhe são peculiares, durante hora e tanto, tentando fazer críticas à obra do Jérôme Coignard ou Silvestre Bonnard, como quiseses. Disse que era vice-presidente do Senado e se batia pela paz universal (...)*” - Carta a Antonio Noronha Santos, que estava residindo em

Todavia, o conflito político entre os partidários das candidaturas “militar” e “civil” começou a intensificar-se. As agitações populares tomaram as ruas, resultando numa tragédia que ficou conhecida como a *Primavera de Sangue*. Uma passeata aparentemente inofensiva de estudantes foi repreendida pelo General Sousa Aguiar, comandante da Brigada Policial. O protesto dos estudantes contra a repreensão caracterizou-se pelo enterro “simbólico”, que percorreu o centro do Rio de Janeiro, do mencionado comandante. Soldados à paisana, acompanhados de capoeiras famosos, atacaram selvagememente os integrantes do “enterro”, resultando do confronto dois estudantes mortos e alguns feridos¹⁵. Após a derrota de Rui Barbosa à presidência, em setembro de 1910 formou-se o júri para analisar o episódio da morte dos estudantes. Eram catorze réus militares. Lima Barreto participou do júri ativamente, ficando com a fama de ter condenado o principal acusado da chacina, o Tenente e marido da sobrinha de Sousa Aguiar, João Aurélio Lins Wanderley. Há indícios de que a condenação do Tenente prejudicou a carreira de Lima Barreto na Secretaria da Guerra. Percebemos esse fato pela anotação

Paris, em 18-5-1909. Lima Barreto, *um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*, op. cit., p. 215-18.

do *Diário Íntimo* de 20 de abril de 1914: “Eu fiz parte do júri de um Wanderley, alferes, e condenei-o. Fui posto no index.”¹⁶

Em janeiro de 1911, Lima Barreto começou a escrever *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, sendo publicado em folhetins pelo *Jornal do Comércio* em agosto do mesmo ano. Considerado o melhor livro de Lima Barreto, o romance narra a “saga” do subsecretário do Arsenal de Guerra, Policarpo Quaresma. Ambientada no período do governo de Floriano Peixoto, a narração desenvolvida pelo escritor carioca assinalou o alicerçamento da República pelo “Marechal de Ferro”, que utilizava a lei marcial, a violência dos florianistas nas ruas e o aniquilamento do direito à oposição política, para “esmagar a oposição interna e consolidar a República ameaçada, cujos cofres haviam sido esvaziados quase por completo pelos sucessivos ministros das finanças.”¹⁷ De outro lado, como nota Carmem Lúcia de Negreiros Figueiredo, o nacionalismo de Policarpo era embasado pela crença científicista, “fortemente disseminada no Brasil, a partir do final do século XIX. Somente os parâmetros da ciência positiva poderiam

¹⁵BARBOSA, F.A. *A Vida de Lima Barreto*, op. cit., p.194-200.

¹⁶*Lima Barreto, um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*, op. cit., p. 119.

¹⁷NEEDELL, J.D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 33.

reduzir a realidade a normas, conceitos e informações objetivas, práticas, garantindo ao estudioso o saber acerca dos problemas nacionais, segundo a ótica do personagem.”¹⁸ O autor retrata também no romance o funcionalismo público e o absurdo do saber “livresco” da “nobreza doutoral”¹⁹.

Paralelamente à publicação dos romances Lima Barreto continuou colaborando na imprensa. No dia 19 de junho de 1914, começou a escrever uma crônica diária no *Correio da Manhã*, jornal que ele caricaturou em 1909 no *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Em julho do mesmo ano participou da fundação da *Sociedade dos Homens de Letras*. O ano de 1915 assinalou a colaboração do escritor carioca na *Careta* e, em 1916, escreveu artigos no semanário político *A. B. C.*, interrompendo a série de artigos em 1919, quando saiu publicado no semanário um texto contra a raça negra.

Em 1917, ofereceu ao editor Jacinto Ribeiro dos Santos os originais do livro de sátiras *Os Bruzundangas*, que sairia do prelo apenas em dezembro de 1922, um mês após a morte do romancista.

¹⁸FIGUEIREDO, C. L. N. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 61.

Em agosto do mesmo ano Lima Barreto realizou a sua primeira tentativa para ingressar na *Academia Brasileira de Letras*, almejando a vaga deixada por Sousa Aguiar. Em 1919 e 1921, tentou entrar novamente na *Academia* nas vagas de Emílio de Meneses e Paulo Barreto (João do Rio). Todas as suas tentativas foram frustradas. Todavia, em abril de 1920, a *Academia* concedeu *menção honrosa* ao livro *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

Em 1922, entregou ao editor Schetino os originais de *Feiras e Mafuás*, falecendo em 1º de novembro do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro, aos 41 anos.

¹⁹Sobre esse assunto consultar CARVALHO, F. *Lima Barreto*. Araraquara, 1973. Tese de Livre Docência - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, p. 156-62.

I.I Delimitação do Problema

O presente trabalho tenta contribuir para a compreensão de como a questão do negro foi tematizada na literatura brasileira, escolhendo um dos seus mais significativos romancistas, cuja obra voltou-se sobre a problemática da exclusão social e do preconceito que recaíram sobre a “população de cor” nos primeiros anos do século XX no Brasil.

Ao mesmo tempo que se insurgiu contra os dogmas das teorias raciais européias, Lima Barreto criticou o uso que as elites intelectuais, científicas e políticas brasileiras fizeram dessas teorias, pois elas contribuíram para inviabilizar a plena constituição dos direitos civis dos negros na Primeira República. Em seus romances, contos, crônicas e anotações, existe uma constante preocupação com esse tema. Em sua época, o Brasil era apresentado no exterior como uma nação “civilizada”, “moderna”, onde a Abolição e a República acabavam de instalar-se para oferecer um aspecto mais democrático para a sociedade. Entretanto, internamente, com o incipiente desenvolvimento do capitalismo nacional, o negro é marginalizado,

uma vez que é afastado da esfera da produção com a vinda dos imigrantes, além de ser considerado intelectualmente “inferior”, não podendo integrar-se ao Brasil Republicano em situação análoga a dos brancos. Numa anotação de 1903 do *Diário Íntimo*, o escritor deixa entrever esse problema.

Os produtos intelectuais negros e mulatos, e brancos, não são extraordinários, mas se equivalem, quer os brancos venham de portugueses, quer de outros países.

(...)

Se um viajante, sábio, etc. etc., sem saber a história do passado, fosse visitar os árabes atuais, negaria qualquer capacidade intelectual a eles.

A capacidade mental dos negros é discutida *a priori* e a dos brancos, *a posteriori*.

(...)

Se a feição, o peso, a forma do crânio nada denota quanto a inteligência e vigor mental entre indivíduos da raça branca, por que excomungará o negro?

Os árias, quando no *plateau* da Bactriana, nada valiam; emigrando, após séculos de fermentação, brilharam numa cultura superior; porque os negros, transportados da África pelo tráfico, não desenvolverão uma civilização ou concorram para ela? Esse fenômeno de mudança de *habitat* é importante para o estudo.

A ciência é um preconceito grego; é ideologia; não passa de uma forma acumulada de instinto de uma raça, de um povo e mesmo de um homem.²⁰

Analisar a obra de Lima Barreto nos ajuda a elucidar a “história do negro e do mestiço depois da abolição. Quem a estudar

²⁰Lima Barreto, *um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*, op. cit., p. 34.

deverá desfazer outro nó: não o que atou liberalismo e escravidão, mas o que ata liberalismo e preconceito.”²¹

²¹BOSI, A. A escravidão entre dois liberalismos. In: *Dialética da Colonização*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 245.

II. Braços para o trabalho?

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em um período histórico que trazia em seu bojo a desarticulação do sistema escravocrata e do império. Entretanto, a exemplo da fase imperial, podemos dizer que os adventos da Abolição e da República não promoveram completamente a extirpação das antigas forças e relações sociais, já que harmonizaram, mais uma vez, a pauta entre o “novo” e o “velho”. *A República Federativa, o trabalho livre e a imigração de trabalhadores europeus*, frutos dos anseios republicanos e abolicionistas, foram incapazes de romper uma estrutura em que as idéias liberais e o patrimonialismo se tensionavam constantemente.

predominaram a economia primária exportadora, a política dos governadores manejados pelo governo federal e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos. O liberalismo econômico prevalecia nas relações econômicas externas, nas quais sobressaía a Inglaterra. Nas relações internas, entre setores dominantes e assalariados, predominava o patrimonialismo. Um patrimonialismo que compreendia tanto o patriarcalismo da casa-grande e do sobrado como a mais brutal violência contra os movimentos populares no campo e na cidade. A repressão posta em prática contra Canudos, na Revolta da Vacina, no Contestado e em outros movimentos revelava algumas das possibilidades mais extremas de uma república simultaneamente liberal e patrimonial.²²

²² IANNI, O. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 22.

O autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* percebeu essa reconciliação republicana com o passado.

Uma rematada tolice que foi a tal República. No fundo, o que se deu no 15 de novembro, foi a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados (...) Toda a nossa administração republicana tem tido um constante objetivo de enriquecer a antiga nobreza agrícola e conservadora, por meio de tarifas, auxílios à lavoura, imigração paga, etc.²³

Não obstante, Lima Barreto sabia que a inauguração da República apresentava novos atores à cena política brasileira: o incipiente desenvolvimento da indústria motivou o crescimento quantitativo do operariado, na sua maioria constituído por imigrantes. Nesse sentido, acirraram-se as contradições entre o proletariado e a classe dominante, quebrando a aparente estabilidade do Segundo Reinado (1840-1889), já que as precárias circunstâncias de trabalho dos operários levaram-nos, a partir de 1870, a organizarem-se em *Ligas e Uniões* para reivindicarem seus direitos. Por outro lado, com a emergência da *ordem social competitiva*, realizada pela implantação do trabalho livre, os negros “libertos” ficaram entregues à *própria*

²³BARRETO, L. Tribunal Histórico Republicano. In: *Coisas do Reino de Jambom*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Mérito, 1952, p. 265-6.

sorte, visto que o Estado e os seus “antigos senhores” desocuparam-se do encargo de integrá-los no âmbito do novo regime de trabalho.²⁴

Se retrocedermos à primeira metade do século XIX veremos que *trabalho escravo e latifúndio* formaram as bases que alicerçaram a produção cafeeira do período; produção esta que abarcou, depois de 1840, mais de 40% do valor total das exportações nacionais, fortalecendo tanto a expansão do capital comercial interno como a classe social que o personificava, a burguesia cafeeira. Porém, esse desenvolvimento do capital comercial interno esbarrou no trabalho escravo que limitava a ampliação da produção do café, pelo fato de não estar apoiado numa racionalização das técnicas de produção.

Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro lado do mercado externo (...) Era inevitável, por exemplo, a presença entre nós do raciocínio econômico burguês - a prioridade do lucro, com seus corolários sociais - uma vez que dominava no comércio internacional, para onde a nossa economia era voltada (...) Havíamos feito há pouco a independência, em nome de idéias francesas, inglesas e americanas, verdadeiramente liberais, que assim faziam parte da nossa identidade nacional. Por outro lado, com igual fatalidade, esse conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, conviver com eles (...) Sendo uma propriedade, um escravo pode ser vendido, mas não despedido. O trabalhador livre, nesse ponto, dá mais liberdade a seu patrão, além de mobilizar menos capital. Este aspecto, um entre muitos - indica

²⁴“(…) O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.” - FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1978, vol.1, p. 15.

o limite que a escravatura opunha à racionalização produtiva. Comentando o que vira numa fazenda, um viajante escreve: ‘não há especialização do trabalho porque se procura economizar mão-de-obra’. Ao citar a passagem, F.H. Cardoso observa que ‘economia’ não se destina aqui, pelo contexto, a fazer trabalho num mínimo de tempo, mas num máximo. É preciso espichá-lo, a fim de encher de disciplina o dia do escravo. *O oposto exato do que era moderno fazer. Fundada na violência e na disciplina militar, a produção capitalista dependia da autoridade, mais que da eficácia.*²⁵

Em verdade, o trabalho escravo restringia o integral desenvolvimento da produção de café em moldes burgueses; moldes esses que pressupunham, desde a sua gênese, a racionalização crescente das técnicas que constituíam o processo produtivo. Com efeito, logo após a independência de 1822, a Inglaterra determinou que o Brasil extinguisse o regime de cativo, pois esta forma de trabalho obstaculizava uma das condições prévias para a existência do modo capitalista de produção, que possui, entre um dos seus aspectos fundamentais, o trabalho livre.²⁶

Por conseguinte, para que o processo de acumulação de capital interno no Brasil se acelerasse seria preciso a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, que é um requisito importante para

²⁵SCHWARZ, R. As Idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992, p. 14-5, grifos meus.

²⁶“(…) isto é, que existam pessoas, não somente no aspecto jurídico, mas também no econômico, *obrigadas* a vender livremente sua atividade num mercado (...) Apenas sobre o setor do trabalho livre resulta possível

que o capitalismo se constitua enquanto um modo de produção fundado na mais-valia. E, para que o trabalho assalariado aparecesse como elemento estruturador do novo modelo de acumulação de capital, foi necessário que a atividade produtiva do trabalhador se transformasse em mercadoria, possibilitando que ele vendesse a sua força-de-trabalho de forma “livre” em troca de um salário.

Nesse momento, a contradição entre a mercadoria e o escravo, ou entre a liberdade e a escravidão, está completamente ultrapassada. Depois de ter atingido a unidade produtiva e o empresário, a racionalidade inerente à economia mercantil alcança também a esfera das expectativas e do comportamento do trabalhador. Assim, o escravo se torna operário.²⁷

A transição do trabalho escravo ao trabalho livre começou a se delinear com o advento da *Lei Eusébio de Queirós* (1850). Após a referida lei o país pôde dinamizar-se social e economicamente, pois a extinção do tráfico teve um duplo mérito: 1) desviar os capitais empregados no tráfico para o mercado interno, fator que possibilitou a expansão do capitalismo na esfera econômica; 2) esgotar a principal fonte fornecedora de mão-de-obra escrava, uma vez que sem o tráfico

um cálculo racional do capital (...)” - WEBER, M. *História Geral da Economia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, s.d., p. 251.

²⁷IANNI, O. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 21.

a escravidão estaria fadada a desaparecer paulatinamente²⁸. Nesses termos, o comércio, a manufatura e o sistema de transportes ganharam novos impulsos, estimulando tanto o processo de urbanização como as primeiras tentativas de introdução do trabalho livre. O Brasil, por essa época, estava inserido em uma conjuntura mundial que privilegiava as exportações de produtos primários e, por isso, estava aflorando na Região Sudeste, principal centro exportador de então, um desenvolvimento urbano sem precedentes na história brasileira²⁹. Ademais, as atividades produtivas estavam em franco realinhamento, visto que as lavouras tradicionais de cana-de-açúcar, algodão e tabaco das antigas regiões do Norte entraram em declínio, cedendo espaço para a prosperidade da produção do café, que estava se instalando na Região Sudeste. Desse modo, a Região Norte vendia o trabalhador escravo para as fazendas cafeeiras do Sul e, desde a década dos 60 e

²⁸“Outro fator que condicionará a tendência anti-escravista do Brasil independente é a questão do tráfico africano. Esse último e a escravidão achavam-se indissolivelmente ligados; esta não podia se manter sem aquele (...)” - PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, p. 144.

²⁹A crise do antigo sistema colonial português está ligada, fundamentalmente, à perda do monopólio comercial lusitano que se instaurou com a Abertura dos Portos (1808) e à Independência Política de 1822. Essas duas datas marcaram a ascensão da burguesia comercial cafeeira, que se consolidou no Brasil a partir de 1840 ao efetuar a acumulação de capital pela comercialização e plantio do café. Por outro lado, após as revoluções de 1848, a burguesia européia alcançou o poder político e o capitalismo se constituiu definitivamente enquanto modo de produção. Neste período, a expansão comercial acelerou-se, aumentando consideravelmente o poderio econômico do capitalismo do Velho Mundo, e, em consequência, abriram-se as portas do mercado internacional para a exportação de produtos primários. Foi dentro dessa conjuntura política e econômica mundial favorável que o café encontrou terreno fértil para prosperar. (N.A.)

70, já havia instaurado o trabalho livre na sua região. Foi o que notou o liberal doutrinário Tavares Bastos.

Apontarei o fato de já estarem em Pernambuco, no Rio Grande do Norte e na Paraíba, os homens livres, admitidos por salários ao trabalho dos próprios engenhos e plantações de açúcar. Digo o mesmo do Ceará quanto à nascente lavoura de café. Não obstante a cólera e a exportação de escravos para o sul, a produção daquelas províncias não têm diminuído: a do Ceará tem aumentado muito. A sua agricultura vai-se melhorando, introduzindo o arado e aplicando os motores a vapor. O senhor de engenho, nalgumas localidades, quase que se vai mero fabricante de açúcar, sendo plantada por vizinhos, ou lavradores agregados, grande parte da cana moída no engenho, o que é uma divisão econômica do trabalho.³⁰

Essa passagem de *Cartas do Solitário* coloca um problema que rondou as idéias dos políticos e intelectuais mais progressistas da segunda metade do século XIX: ou o Brasil optaria pelo regime de trabalho livre ou continuaria a reboque dos países capitalistas mais avançados, que na América eram personificados pelos Estados Unidos e na Europa pela Inglaterra.

A emancipação dos escravos não têm íntima relação com o objeto principal do programa, limitado a uma certa ordem de abusos; é porém uma grande questão da atualidade, *uma exigência imperiosa e urgente de civilização* desde que todos os Estados aboliram a escravidão, o Brasil é o único país cristão que a mantém, sendo que na Espanha essa questão é uma questão de dias.

³⁰BASTOS, T. *Cartas do Solitário*. 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1945 apud BOSI, A. A escravidão entre dois liberalismos. In: *Dialética da Colonização*., op. cit., p. 224.

Certo, é um dever inerente à missão do Partido Liberal, e uma grande glória para ele a reivindicação da liberdade de tantos milhares de homens que vivem na opressão e na humilhação.³¹

Portanto, existia um forte movimento a favor do trabalho livre, que era associado aos ideais civilizatórios da época. Por exemplo, os abolicionistas contemplavam na instauração do trabalho assalariado uma maneira de “apagar” da nossa história a existência infausta que o sistema escravista vinha imprimindo durante séculos aos negros, pretendendo integrá-los num ambiente sócio-econômico, político e cultural diverso daquele que se sustentava no latifúndio, na escravatura, na exclusão eleitoral e no analfabetismo.

No horizonte, viam um regime escorado na indústria, no trabalho assalariado, na pequena e média propriedade, no ensino primário gratuito, no sufrágio universal. Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama, Antônio Bento e seus seguidores concebiam a abolição como medida mais urgente que se cumpriria com a reforma agrária, *a democracia rural (a expressão é de Rebouças) e a entrada dos trabalhadores em um sistema de concorrência e oportunidade*.³²

Entrementes, as posições dos fazendeiros do Centro-Sul nem sempre coincidiram com as propostas modernizadoras e democráticas dos mencionados abolicionistas. Diante da inevitabilidade do desaparecimento do trabalho compulsório, que impunha sérios limites,

³¹O *Centro Liberal*. Brasília: Ed. Senado Federal, 1979, p. 44, grifos meus apud BOSI, A., op. cit., p. 231.

como já foi dito, à acumulação de capital, os “senhores do café” procuraram extrair o máximo proveito econômico possível dos cativos antes de lançá-los no *lumpen* e na *marginalidade*. Por isso, os fazendeiros paulistas resistiram implacavelmente, até o último momento, à Abolição.³³

Com efeito, a oligarquia de São Paulo só aderiu à causa abolicionista quando a questão da força de trabalho já havia sido solucionada com a imigração de origem européia efetivada através da subvenção estatal. E mais: serão eles que irão influir na vida política e econômica nacional nas primeiras décadas da República.

Tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café. Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do seu valor.

Social e politicamente foi a mesma coisa. O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os senhores do café se tornam a elite social brasileira.

³²BOSI, A., op. cit., p. 234.

³³“Durante muitos anos, até quase o final do escravismo, os abolicionistas do Partido Republicano Paulista ficaram marginalizados pela direção dominada por fazendeiros. No Congresso de 1873, os fazendeiros escravistas firmaram sua posição de resistência em dois pontos significativos: 1º - a reforma do regime de trabalho se fará em escala provincial, mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade de cada na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (o que demarcava nitidamente a situação peculiar de São Paulo); 2º - em respeito aos direitos adquiridos à propriedade escrava, a reforma se fará tendo por base a indenização ou o resgate com a defesa desses dois pontos, julgavam os fazendeiros de café, entre os quais já tinham ascendência os do Oeste Novo, que conseguiram deter a onda abolicionista e prolongar o máximo possível a sobrevivência da escravatura. *À última hora e somente à última hora, é que os fazendeiros republicanos aderiram ao abolicionismo, ainda assim com um pé atrás e quando já haviam encaminhado, às custas dos cofres públicos, a solução imigrante.* A abolição não foi feita em São Paulo pelos fazendeiros, porém por Antonio Bento e seus *caifazes*, cabendo aos próprios escravos a tarefa de provocar o abalo decisivo no regime servil em apodrecimento.” - GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 570-1.

E em consequência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também. O grande papel que São Paulo foi conquistando no cenário político do Brasil, até chegar à liderança efetiva, se faz à custa do café; e na vanguarda deste movimento de ascensão e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses. *Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual, se desenrolam em função da lavoura cafeeira: foi assim com o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do Norte, para o Sul, e São Paulo especialmente: o mesmo com a maciça imigração européia e a abolição da escravidão; a própria Federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado.*³⁴

Era, pois, o triunfo dos fazendeiros de café. Para o *ex-escravo* eles não tinham mais nada a oferecer, já que o trabalho do imigrante substituíra o trabalho compulsório. Esse era um dos motivos da desilusão de Joaquim Nabuco frente aos resultados da campanha abolicionista.

Com que gente andamos metidos! Hoje estou convencido de que não havia uma parcela de amor ao escravo, de desinteresse e de abnegação que em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação mais! A prova é que fizeram esta República e depois dela só advogam a causa dos bolsistas, dos ladrões da finança, piorando infinitamente a condição dos pobres... é certo que os negros estão morrendo e pelo alcoolismo se degradando ainda mais do que quando escravos, porque hoje são livres, isto é, responsáveis, e antes eram puras máquinas, cuja sorte Deus tinha posto em outras mãos (se Deus consentiu na escravidão); mas onde estariam os propagandistas da nova cruzada? Desta vez nenhum seria sequer acreditado [...] Estávamos metidos com financeiros, e não com puritanos, com fâmulos de

³⁴PRADO JÚNIOR, C., op. cit., p. 16, grifos meus.

banqueiros falidos, mercenários de agiotas etc; tínhamos de tudo, menos sinceridade e amor pelo oprimido. A transformação do abolicionismo em republicanismo bolsista é tão vergonhosa pelo menos como a do escravagismo.³⁵

O fim da escravidão no Brasil se deu de maneira que isentava os antigos senhores de escravos de qualquer responsabilidade para com o negro “liberto”. Segundo Florestan Fernandes, nenhuma instituição, seja o Estado ou a Igreja, chamou para si a responsabilidade de integrar efetivamente o *ex-escravo* no novo sistema de trabalho instaurado com a Abolição. Desse modo, destituídos de quaisquer meios materiais e morais, os “libertos” viram-se, repentinamente, lançados numa *ordem social competitiva* que os desamparava. E esse desamparo era sentido de uma maneira profunda pelos *ex-cativos*, uma vez que, pela emergência do trabalho livre, eles se encontraram frente a duas situações nada cômodas: 1) nos locais em que a produção não havia atingido um nível satisfatório de desenvolvimento predominava uma “ordem tradicionalista” que os forçava a preencher o universo produtivo em situações análogas àsquelas de antes da Abolição; 2) quando a produção atingia um alto nível de desenvolvimento, os *ex-escravos* adentravam no mercado de trabalho para concorrer com os

³⁵NABUCO, J. *Cartas a Amigos*. São Paulo: Ipê, vol. I, p. 219 apud BOSI, A., op. cit., p. 244-5.

“trabalhadores nacionais” - que formavam um amplo exército de reserva - e com os imigrantes europeus que, pela particularidade histórica das suas regiões de origem, estavam mais “adaptados” ao regime de trabalho assalariado³⁶. Portanto, o *ex-escravo*, em vez de ser beneficiado com a sua libertação no quadro da nova conjuntura econômica brasileira, era sistematicamente afastado das esferas de produção, ficando impossibilitado de atuar nela como um novo agente de trabalho.

Nessa perspectiva, o negro integrou-se marginalmente nos novos ideais de civilização que emergiram com a *República Federativa* e o *trabalho livre*. O “progresso” não o alcançou. Ou melhor, alcançou-o para deixar claro que a herança secular da escravidão ainda pesava sobre os seus ombros, pois para ele restavam três opções: a antiga condição de agregado; a queda no lumpen, que já crescia como sombra do imigrante europeu; e a economia de subsistência. A prioridade dada ao trabalho do imigrante, que se traduzia no estímulo à imigração e à assistência aos trabalhadores estrangeiros, deixava claro que não se tratava de suscitar um leque

³⁶“(…) os efeitos dessa concorrência foram altamente prejudiciais aos antigos escravos, que não estavam preparados para enfrentá-la. Mas, correspondiam aos interesses dos proprietários de terras e donos de

mais generoso de possibilidades para os “libertos” se instalarem no novo âmbito do sistema de trabalho, mas na sua substituição pelo trabalhador “branco”. Em outras palavras, o que estava em jogo era a ideologia de que, economicamente, o *ex-escravo* era inferior ao *trabalhador estrangeiro*.

1) Se o escravo, como instrumento de trabalho, é imprestável, trate o proprietário de substituí-lo por outro mais profícuo, ou pelo menos utilize-se dele segundo as atuais condições de trabalho; 2) Não há como fugir do Império dos fatos sociais: a exploração das grandes fontes de nossa riqueza é já o apanágio do homem livre e não do homem escravo. E ao passo que a introdução do estrangeiro para cooperar na nossa produção, nos acalenta de esperanças e nos anuncia uma nova era de prosperidades cada vez mais crescentes, fazendo-nos antever inauditos progressos não só na indústria até hoje explorada, a indústria agrícola, senão também na indústria manufatureira e fabril, e, em todas as manifestações da atividade social.³⁷

Fica evidente, pois, a ideologia perpetrada no período sobre a maior “eficácia” do trabalhador “branco” em relação ao “liberto”. A política econômica defendida pelos grandes fazendeiros do café ia na mesma direção. Por exemplo, Antonio Prado acreditava que com a livre iniciativa fatalmente o imigrante iria substituir o “negro” na fronteira da produção.

fazendas, tanto quanto os mecanismos normais da ordem econômica emergente.” - FERNANDES, F., op. cit., p. 15-7.

³⁷O *Correio Paulistano*, 11/11/1887 apud FERNANDES, F., op. cit., p. 36.

Braços para o trabalho? Mas não conheço outro meio para ocorrer a esta exigência senão aquele que o governo se tem esforçado para empregar em larga escala, isto é, *a introdução de imigrantes, e pelo modo como dirigi-la, fornecendo trabalhadores idôneos à lavoura sem que os lavradores tenham necessidade de, para este fim, despende grandes capitais.*³⁸

Desse modo, o senhor - “que havia se libertado do escravo” - o arremessa, sem reparo algum, na nova *ordem social competitiva* que o discriminava fortemente. Embora juridicamente “liberto” e gozando das mesmas prerrogativas legais que o equiparava após a Abolição ao “homem livre”, ele foi informalmente segregado, sofrendo o exílio na própria pele, para usar a expressão cunhada por Alfredo Bosi. A *ascensão social, a igualdade de oportunidades, a livre competição* e outros corolários ideológicos - que emergiram com mais força após a abolição e a consolidação da República - esbarraram no preconceito e na intolerância. Aflorava, agora que o negro não era mais um “equivalente de capital”, o *preconceito* como manifestação ideológica que o impedia de competir com os “brancos”. Em outros termos, aquela “mentalidade preconceituosa” que justificara a escravidão do negro nos tempos da Colônia e do Império, por ele ser um “ente

³⁸ *Antonio Prado no Império e na República*. Seus discursos e artigos coligidos e apresentados por sua filha Nazareth Prado. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1929, p. 245 e 33 apud FERNANDES, F., op. cit., p. 36, grifos meus.

inferior”, será novamente equacionada no interior da emergente sociedade de classes, impedindo não só que o “liberto” tivesse acesso ao mercado de trabalho mas também a organização de uma sociedade democrática e moderna. Parece que a modernização brasileira não conseguiu se desvencilhar da sombra escravocrata secular que se agigantava frente aos homens da Primeira República como uma instituição cujos efeitos estavam longe de serem apagados da nossa sociedade; uma instituição nefasta que, por assim dizer, era a principal causadora do patrimonialismo e do nosso anacronismo em relação à História.

Diante dessa contextura, o conteúdo temático das obras de Lima Barreto pode ser considerado importante para a compreensão da sua época e, em que pese o seu caráter autobiográfico, esse era, no caso particular do escritor carioca, um elemento que conferiu à sua escrita literária uma percepção que procurava *representar artisticamente* a realidade social da nascente República.³⁹ O romancista não possuía mais a *ilusão* de que a *Lei Áurea* viria redimir a opressão secular

^{39.}“Como en la obra de varios grandes poetas épicos - pensamos sólo en las grandes figuras de Rousseau, Goethe, Tolstoi -, así también en la obra épica de Gorki la autobiografía ocupa un lugar importante. Los grandes narradores que han sintetizado los caracteres esenciales de su época, han experimentado asimismo en su vida el desarrollo de los problemas contemporáneos. Y la apropiación de los contenidos más importantes de la época es un proceso que constituye un elemento muy esencial y característico de

sofrida pelos negros, ao contrário dos grandes abolicionistas anteriores a ele, pois o autor sentia de forma palpável o exílio que a sociedade republicana impunha às pessoas de sua condição.

A situação de intelectual discriminado pela cor e pela origem, nesse contexto pós-1888, deu-lhe uma perspectiva que não se confunde com a linha do horizonte divisada pelos abolicionistas. Ao contrário, acabou sendo o seu reverso. Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio, militantes da geração que precedeu à de Lima Barreto, acreditavam lutar pela libertação da sua raça (...) pode-se dizer que o limite daquela generosa campanha foi, precisamente, o que veio a suceder no dia seguinte à Lei Áurea: *os escravos foram lançados à própria sorte*.⁴⁰

Certamente, Lima Barreto foi favorecido pela nova conjuntura histórica aberta com a República, pois nesse período os escravos já haviam sido “libertos” e a realidade não cedia mais terreno à visão “romântica” que pretendia a “redenção” dos negros. As transformações políticas e sociais ocorridas com a desagregação da sociedade escravista indicava que a chama do trabalho compulsório, que articulava de maneira vigorosa toda a nossa estrutura social durante séculos, não fôra extinta. Apesar do “regime servil” estar cedendo espaço para as relações sociais capitalistas - que estavam sendo anunciadas pela incipiente industrialização do final do século XIX - os *ex-escravos* foram lançados impiedosamente no interior de

la época misma.” - LUKÁCS, G. La “Comedia Humana” de la Russia Prerrevolucionaria. In: *Ensayos sobre el Realismo*. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, s.d., p. 304, grifos meus.

⁴⁰BOSI, A. Sob o Signo de Cam. In: *Dialética da Colonização*., op. cit., p. 206.

uma *ordem social competitiva* dominada ainda por uma visão fortemente tradicionalista. Assim, a pena do escritor mulato procurou criticar a saída que as camadas dominantes encontraram para a solução do problema da força de trabalho - personificada na imigração de trabalhadores europeus -, que marginalizava a hipótese de integrar o negro e o mulato dentro do sistema de trabalho livre.

Portanto, parece que não podemos acusar a obra ficcional de Lima Barreto como uma “literatura menor”, ou ainda, de “meras impressões de um excluído revoltado”, pois essa atitude encobre a importância do autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* nas nossas letras, visto que nas suas páginas, tanto nas de crítica ideológica quanto nas dos romances, percebe-se um esforço direcionado para a compreensão das linhas particulares da nossa formação histórico-social.⁴¹

Esse breve esboço do significado da literatura de Lima Barreto visa situá-lo como um dos primeiros autores que refletiram sobre a condição social do negro e do mulato após a *Lei Áurea*. Ao procurar

⁴¹“(…) a verdadeira grandeza de um escritor tem as suas raízes na profundidade e na riqueza das suas relações com a realidade efetiva (...) Aquilo que, antes de mais nada, devemos aprender com os ‘mestres’ da literatura, do passado e do presente, é precisamente essa mais profunda concepção do mundo e, por conseguinte, essas relações vivas mais amplas, mais intensas e mais aprofundadas com a realidade

uma reabilitação da literatura enquanto veículo de crítica social do primeiro período republicano - antecipando, desse modo, a crítica ao esteticismo parnasiano levada a cabo pelo levante modernista de 1922 - Lima Barreto colocou em pauta o destino dos seus “irmãos de infortúnio” dentro da nova ordem social emergente, pois, como já foi frisado, o trabalho escravo não tinha mais importância para a estrutura econômica brasileira.

perdendo sua importância privilegiada como mão-de-obra exclusiva, ele também perdeu todo o interesse que possuía para as camadas dominantes. *A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade mantiveram-se indiferentes e inertes diante de um drama material e moral que sempre claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que ele estava em condições de criar por si e para si mesmo.*⁴²

Nessa perspectiva, o escritor carioca construiu uma visão que denunciava a discriminação e a segregação do negro, na medida em que este se via impossibilitado de ascender numa sociedade que o obrigava a ocupar os lugares mais ínfimos. Portanto, Lima Barreto pode ser lido como um autor que não se rendeu às teorias racistas que prevaleceram no meio intelectual brasileiro dos fins do século XIX e início do século posterior.

etativa.” - LUKÁCS, G. O Realismo Crítico na Sociedade Socialista. In: *Realismo Crítico Hoje*. Brasília:

II.1. Singular destino da raça negra no Brasil!

Os anos que anunciaram o encerramento do século XIX vieram acompanhados de dois tipos de análises que concorreram para dar forma às explicações da particularidade brasileira no período: o discurso liberal agregado ao modelo racial de investigação da realidade. A princípio excludentes - o *liberalismo* privilegiava o indivíduo e sua “responsabilidade pessoal” enquanto o *racismo* deslocava a atenção do indivíduo para a constituição de certos grupos sociais, salientando por intermédio de um discurso “científico” as peculiaridades da estrutura biológica desses grupos -, essas duas concepções evidenciavam o descompasso entre os preceitos liberais propagados pela elite nacional e a maneira como ela equacionava os problemas sociais, embasado-se numa reflexão de caráter evolucionista e determinista.

Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. Largamente utilizado pela retórica imperialista européia, este tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas.

Editora de Brasília, 1969, p. 193.

⁴²FERNANDES, F., op. cit., p.18, grifos meus.

Adotando uma espécie de ‘imperialismo interno’, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos - ‘classes perigosas’ a partir de então - nas palavras de Silvio Romero transformava-se em ‘objetos de sciencia’ (...) *Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades.*⁴³

Esse paradigma evolucionista e determinista utilizado pelos intelectuais brasileiros para explicar as especificidades da nação encontrou suas raízes no pensamento europeu dos séculos XVIII e XIX. Em verdade, desde o descobrimento, quando a Europa se defrontou com o Novo Mundo, a literatura de além-mar procurou estabelecer uma postura crítica frente aos povos “recém-descobertos”. *Dos Canibais*, texto que compõe os *Ensaio*s de Michel de Montaigne (1533-1592), oferece-nos uma imagem dos habitantes da América, que a Europa, desde o século XVI, iria formular e reformular inúmeras vezes.

não vejo nada de bárbaro ou de selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade cada qual considera bárbaro aquilo que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela idéia dos usos e costumes do país em que vivemos. Neste a religião é sempre a melhor, a administração excelente, e tudo o mais perfeito. A essa

⁴³SCHWARCZ, L.M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 28, grifos meus.

gente chamamos selvagens como denominamos selvagens os frutos que a natureza produz sem a intervenção do homem. No entanto aos outros, àqueles que alteramos por processo de cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é que deveríamos aplicar o epíteto. As qualidades e propriedades dos primeiros são vivas, vigorosas, autênticas, úteis e naturais, não fazemos senão abastardá-las nos outros a fim de melhor as adaptar a nosso gosto corrompido (...)

(...) Esses povos não me parecem, pois, merecer o qualitativo de selvagens somente por não terem sido muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano e não haveria quase nada perdido de sua simplicidade primitiva.⁴⁴

Essa idéia que celebra a natureza ainda “não corrompida pela civilização” e capaz de criar coisas “belas e grandes” é uma das muitas visões sobre o Novo Mundo que perpassará a imaginação dos europeus ao correr dos séculos. Entretanto, não vinha da Europa apenas “impressões positivas” sobre a América. Raynal, por exemplo, dá o tom daqueles que viam no Novo Mundo a degradação.

A ruína deste mundo está ainda estampada na aparência de seus habitantes. Trata-se de uma espécie humana degradada e degenerada na sua constituição física, no seu talhe, no gênero de vida, no espírito pouco avançado em todas as artes da civilização.⁴⁵

Esta afirmação é diversa, como podemos perceber, daquela de Montaigne. E a afirmação do autor dos *Ensaaios* encontraria eco, ao menos em parte, na concepção que Rousseau formularia no século

⁴⁴MONTAIGNE, M. Dos Canibais. In: *Ensaaios*. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 99-100.

XVIII sobre a “vida primitiva” dos povos americanos, visto que, ao compor um quadro idílico sobre o “bom selvagem”, o pensador francês iria tomar o partido dos ameríndios, chegando até mesmo a censurar a colonização europeia, que o autor considerava um “crime”. Nesse sentido, cabe aqui uma citação de R. Rolt que, no mesmo século XVIII, condenava o empreendimento português em terras brasileiras.

os portugueses apresentaram os brasileiros como selvagens, sem qualquer noção de religião; e como canibais, sem qualquer senso de humanidade: mas isto se fazia para justificar suas invasões do país e os bárbaros massacres dos pobres habitantes; porque, não obstante o que os espanhóis, ou portugueses, possam ter dito, é claro que os índios não eram mais canibais, ou antropófagos, do que os próprios europeus.⁴⁶

Portanto, duas visões de mundo destacaram-se no século que presenciou o irrompimento da Revolução Francesa: de um lado, a tradição humanista, legatária da supracitada Revolução, que assentava os seus pressupostos filosóficos numa reflexão que procurava analisar a espécie humana dentro de uma perspectiva “totalizadora”; atitude que desembocou nos conceitos de igualdade e liberdade. Os filósofos humanistas, dentre eles Rousseau, consideravam a igualdade e a

⁴⁶RAYNAL. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce dans le deux Indes* apud CAMPOS, P.M. *Imagens do Brasil no Velho Mundo*. In: *História Geral da Civilização Brasileira: o*

liberdade como catalisadores que conduziriam à “unidade do gênero humano e a certa universalização da igualdade, entendida como um modelo imposto pela natureza”⁴⁷. Por conseguinte, a “naturalização” da igualdade, ao menos no horizonte teórico dos iluministas, deveria estender-se a todas as “nações modernas”, já que fazia parte das suas Constituições. Logo, as diferenças entre os povos eram solapadas pelos humanistas em nome da “igualdade de princípios”. De outro lado, convivendo e se tensionando com a filosofia da Ilustração, desenhava-se um modelo teórico que se apoiava na busca das diferenças inatas entre os seres humanos. E, no interior dessas diferenças, a codificação das supostas disparidades genéticas, intelectuais e morais dos povos tropicais em relação ao velho continente seria avaliada em termos da “inferioridade” dos primeiros em relação ao segundo.

Diante dessas perspectivas díspares sobre o Novo Mundo, estabeleceu-se o conflito entre a antiga metrópole portuguesa e a sua colônia americana. Esse conflito começou a acentuar-se no século

Brasil Monárquico. 3ª ed. São Paulo: DIFEL vol. I, 1970, p. 42.

⁴⁶ROLT, R. *New and accurate history of South America* apud CAMPOS, P.M., op. cit., p. 43.

⁴⁷SCHWARCZ, L.M., op. cit., p. 45.

XVIII, durante o qual a crise do sistema colonial lusitano tendeu a se tornar mais forte.

O desenvolvimento intelectual do Brasil não era, naturalmente, bem visto na Metrópole. Especialmente durante o ministério de Pombal, o conflito poderia surgir no momento menos esperado, pois se sabe que o todo-poderoso ministro, desde os tempos de sua embaixada em Londres, vivia obcecado pela possibilidade de que Portugal chegasse a perder sua enorme colônia americana. Desse modo, todo signo que pudesse manifestar uma tendência à autonomia, quer fosse industrial, comercial ou simplesmente cultural, devia parecer-lhe ameaçador.⁴⁸

Dessa forma, qualquer manifestação de autonomia, seja no campo econômico, político, literário ou cultural, teria que ser repreendida. É o que ocorreu, segundo la Serna, a um “filósofo fluminense” chamado Feliciano Joaquim de Sousa Nunes. Este filósofo foi vítima da repreensão do famoso ministro de D. João I, pelo fato de haver-lhe dedicado o seu livro, os *Discursos Político-Morais*. Essa censura do Marquês de Pombal demonstrava o preconceito colonialista da política lusitana “e que veio juntar-se aos argumentos negativos com que os naturalistas europeus defendiam a inferioridade da natureza do Novo Mundo”⁴⁹. Dentre os escritos de Sousa Nunes podemos perceber que o autor preocupava-se com o juízo que o letrado lusitano fazia do escritor da colônia, visto que o escritor de

além-mar considerava-se superior ao daqui, pelo motivo de estabelecer um contato mais estreito com a literatura metropolitana.

Bem sei eu que o serem as obras literárias escritas por um grande homem, ou por um homem de elevada fortuna, é a circunstância maior para a sua aceitação e aplauso; e que o não ser estrangeiro muitas vezes é a causa de que alguns não sejam peregrinos.⁵⁰

Segundo Antonio Candido, encontramos em Sousa Nunes um comportamento que já estava se delineando entre os intelectuais brasileiros do século XVIII: a não submissão da colônia, na esfera cultural, à metrópole. Todavia, não se tratava de menosprezar ou criticar a cultura dos europeus, mas mostrar-lhes que nós, “homens de uma terra inculta”, poderíamos produzir uma cultura comparável com a que se praticava no Velho Mundo.

Nesse contexto, emergiu entre os escritores da colônia uma necessidade de responder aos “ataques” de além-mar, celebrando a natureza grandiosa do país, bem como os homens que nela habitavam. Rocha Pita, membro fundador da primeira academia baiana, a dos *Esquecidos*, publicou a *História da América Portuguesa*, tentando reabilitar a imagem da América que estava sendo atacada na Europa,

⁴⁸SERNA, J.A.R. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 67.

⁴⁹Idem, p. 69.

como pudemos ver no caso da visão de Raynal sobre o Novo Mundo. Nesse sentido, a *Academia Brasílica dos Esquecidos*, juntamente com a *Academia Brasílica dos Renascidos*⁵¹, realçava um dos elementos centrais da literatura árcade no século XVIII, que iria reforçar mais tarde o discurso romântico do século XIX: o sentimento nativista acompanhado de um forte delineamento da cor local.

Porém, a ideologia que preconizava a inferioridade do Novo Mundo frente ao velho continente caminharia junta com as pretensões políticas da metrópole, pois se os americanos eram mesmos seres de capacitação ínfima, eles não poderiam galgar os altos escalões do governo, fato que acendeu o “orgulho dos colonos nativos, exacerbando seus sentimentos de nacionalidade”⁵². Com efeito, o “sentimento de nacionalidade” começou a se tornar mais vigoroso entre os povos colonizados, na medida em que eles rejeitavam a tese européia da “inferioridade” dos povos tropicais.

Portanto, começou a surgir nas letras coloniais um otimismo que se contrapunha ao espírito pessimista dos europeus, que viam na

⁵⁰SOUSA NUNES, F.J. *Discursos Político-Morais*, p. 33 apud CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*, p. 82.

⁵¹A *Academia Brasílica dos Renascidos* foi fundada pelo Desembargador José Pacheco Pereira Coelho de Melo, em maio de 1759, na cidade da Bahia apud CANDIDO, A., op. cit., p. 76.

⁵²SERNA, J.A.R., op. cit., p. 71.

América um povo degradado “pelo contágio maléfico de climas úmidos e quentes, tornando os homens preguiçosos, desleais e incapazes”⁵³. Rocha Pita, por exemplo, iria conceber a nossa natureza como sendo privilegiada e benéfica, uma vez que ajudava os homens que nela habitavam a serem, senão mais perfeitos, pelo menos iguais aos europeus.

Concomitantemente a essa exaltação da terra e da cultura americana, a *Academia Brasílica dos Esquecidos* começava a se formar dentro de um esquema arcádico, com cada um de seus membros escolhendo um pseudônimo. No Brasil, as academias transformaram-se em um centro aglutinador de pessoas interessadas na “discussão acadêmica” e na “leitura de suas criações literárias”. Essas pessoas eram, geralmente, jovens recém-formados na Universidade de Coimbra e influenciados pelo pensamento iluminista que rondava a Europa da época. Nesses termos, o arcadismo - entendido aqui como uma das primeiras tentativas de consolidar tanto a nossa particularidade cultural como os alicerces da nacionalidade -, em pleno século XVIII, teve de se deparar com as teorias “negativas”

⁵³Idem, p. 73.

sobre o novo continente. Teorias essas que se multiplicavam, mobilizando a intelectualidade européia.

O etnocentrismo europeu, no período assinalado, fortaleceu-se com a interpretação do naturalista francês Buffon (1707-1788) e do jurista Cornelius de Pauw. O primeiro defendia a tese da “infantilidade do continente”, ou seja, a América seria uma terra imatura nos seus aspectos físicos (natureza formada por animais pequenos, com grande proliferação de insetos e répteis, etc.). Estava em gestação, a partir daí, a elaboração de uma teoria que tinha como horizonte o estabelecimento de uma ordem hierárquica entre a “não maturidade” dos trópicos em relação ao estágio avançado tanto dos homens como da natureza européia. Já Cornelius de Pauw acrescentou à tese da “imaturidade” do Novo Mundo de Buffon a idéia de “degeneração”. Para esse autor, o ambiente tropical além de ser “imaturo” era “degenerado”.

O debate se vê realmente polarizado com a introdução da noção de “degeneração”, utilizada pelo jurista Cornelius de Pauw. Até então chamavam-se de *degeneradas* espécies consideradas inferiores, porque menos complexas na sua conformação orgânica. A partir desse momento, porém, o termo deixa de se referir a mudanças de forma, passando a descrever “um desvio patológico do tipo original”. Radicalizando os argumentos de Buffon, De Pauw acreditava que os americanos não eram apenas “imaturos” como também “decaídos”, confirmando sua tese central de “fê no

progresso, e falta de fé na bondade humana”. Em seus textos um antiamericanismo claro transparecia quando de suas avaliações sobre a “natureza do Novo Mundo, débil por estar corrompida, inferior por estar degenerada”.⁵⁴

Essas concepções adentraram o século XIX com a intenção de hierarquizar “raças” e “povos”, contrapondo-se, como já foi especificado, aos ideais igualitários da Revolução Francesa. A oração proferida pelo discurso racial deixava de lado o “arbítrio do indivíduo”, pois o que se buscava era o elucidamento das leis biológicas que supostamente presidiriam o comportamento de grupos sociais diversos. Parece que as lutas políticas e sociais da Revolução Francesa, que resultaram no igualitarismo das Luzes e na Declaração dos Direitos do Homem, depararam-se com um discurso antagônico ao seu e que detraía a discussão em torno da cidadania e da participação do indivíduo.

É a partir de 1870 que as teorias raciais européias são incorporadas mais intensamente pela intelectualidade nacional. Embalados por um momento histórico que presenciava a agonia do cativeiro e do império, os intelectuais e políticos brasileiros foram levados a refletir sobre as possibilidades da implantação da República

⁵⁴SCHWARCZ, L.M., op. cit., p. 46.

e do trabalho livre. Dentro desse contexto, o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social darwinismo ofereceram a base epistemológica para o desenvolvimento de uma “identidade nacional”.

Aceitar as teorias evolucionistas implicava analisar-se a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o estágio civilizatório do país se encontrava assim de imediato definido como “inferior” em relação à etapa alcançada pelos países europeus. Torna-se necessário, por isso, explicar o “atraso” brasileiro e apontar para um futuro próximo, ou remoto, a possibilidade de o Brasil se constituir enquanto povo, isto é, como nação.⁵⁵

A “identidade nacional”, a construção do país enquanto “nação”, apoiava-se num horizonte que pretendia apresentar o Brasil como país civilizado, industrial, moderno e científico aos olhos europeus. Surge, nesse contexto, uma percepção fatalista quanto à integração dos negros nesse novo modelo de sociedade preconizado pela elite política, intelectual e científica. Uma compreensão evolucionista e determinista sobre a população negra colocava em dúvida o “potencial civilizatório” dos ex-cativos. A Abolição, no terreno econômico e político, oferecia ao “liberto” a condição tanto de trabalhador livre como de cidadão. Mas um cidadão de “segunda categoria”, pois se perante os textos impressos pela lei - que

⁵⁵ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 15.

concebiam um modelo liberal jurídico para o Estado - o direito da cidadania era estendido a toda a população, na esfera do discurso racial dominante na época a questão da igualdade era relegada a um segundo plano, esvaziando uma discussão mais profunda sobre a cidadania.

O mesmo contexto que encontra em um projeto político a solução para sua nova configuração política procura nas teorias deterministas e antropológicas subsídio para transformar diferenças sociais em barreiras biológicas fundamentais. Finda a escravidão e instaurada a democracia por meio da República, toma força um discurso racial, tardio se comparado ao modelo liberal presente desde 1822. Ante a liberdade prometida pela abolição e a igualdade oferecida pela nova Constituição - que transformava todos em cidadãos -, parecia imperativo repensar a organização desse novo país. Como dizia um artigo de 21 de dezembro de 1920 do *Correio Paulistano*, “os homens não nascem iguais absolutamente, supõe-se uma igualdade presumida pela lei sem o que não haveria lei...”. Transformada em utopia pelos cientistas nacionais, a igualdade conseguida mediante as conquistas políticas era negada em nome da natureza.⁵⁶

Nesses termos, podemos dizer que as teorias raciais estabeleciam critérios diferenciados de cidadania, estabelecendo diferenças sociais. Estava em marcha a edificação de um novo tipo de hierarquia, desta vez com um embasamento “científico” que procurava determinar a “inferioridade” inata dos negros. A República brasileira,

⁵⁶SCHWARCZ, L. M., op. cit., p. 241.

símbolo de uma sociedade mais justa e democrática, parecia presa ao passado.

No momento em que traço estas linhas trôa por toda a parte o ruído das festas da abolição. A lei foi sancionada pela regente ha poucos dias, está-se no período de festejos promovidos pela imprensa da capital.

Um phenomeno singular salienta-se já aos olhos do observador independente: cada um já vae puxando para si as glorias do feito e deixando os outros atirados na sombra...

Singular destino da raça negra no Brasil! Alimentou o branco, deu-lhe dinheiro durante quatro seculos e agora por ultimo dá fama aos gananciosos de nomeada facil, dá gloria aos espertos que não se pejam de declamar! Singular destino em verdade!⁵⁷

⁵⁷ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, tomo I, 1902, p. XIII.

III. Nós não somos nada nessa vida.

Lima Barreto procura, no romance *Clara dos Anjos*, tratar de um aspecto do problema do mestiço, tema recorrente em quase toda a sua obra ficcional. Este livro, segundo Lúcia Miguel Pereira, poderia ser parte de um projeto mais amplo do escritor carioca, que teria a intenção de desdobrá-lo em um romance de maior envergadura⁵⁸. Com efeito, nas anotações do *Diário Íntimo*, de 1904, Lima Barreto deixa entrever que o destino de Clara não se encerraria com o abandono do seu algoz, Cassi Jones de Azevedo, tal como aparece no romance terminado em janeiro de 1922⁵⁹. Após o desaparecimento do primeiro amante, a protagonista estabeleceria relações com outros homens, terminando, por fim, amasiada com um pedreiro, José Portilho, que envelhecido e não podendo trabalhar obriga Clara a ‘lavar’ e ‘engomar’ “para sustentá-lo, e no terreiro da estalagem em que moram ela canta uma trova qualquer em um belo dia de sol.”⁶⁰

⁵⁸PEREIRA, L. M. Prefácio. In: *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Mérito, 1948. Sobre o mesmo assunto consultar ASSIS BARBOSA, F.A., op. cit., p. 143-5.

⁵⁹*Lima Barreto: um longo sonho do futuro. Diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas.*, op. cit., p. 31-4.

⁶⁰*Idem*, p. 31.

Em dezembro de 1920, aparece nas livrarias *Histórias e Sonhos*, que contém um conto intitulado *Clara dos Anjos*. Ali os nomes de alguns personagens são outros e algumas circunstâncias também. Por exemplo, o nome de Cassi é Júlio Costa, e apesar do autor traçar o seu retrato com desprezo, ele não o desenha de maneira tão detalhada como fez no romance⁶¹. Todavia, tanto as anotações do *Diário Íntimo*, quanto o conto e o romance “*acabado*”, não têm por objetivo elucidar o “destino individual” de Clara, mas a tragédia que atinge as pessoas do seu sexo, condição social e cor.

Um fato trivial - não pelos sofrimentos que acarreta, mas pela sua constante repetição, - a história de uma moça pobre e mulata seduzida por um valdevinos de boa família, impressionou o escritor a ponto de ser por ele várias vezes narrado, sem nunca o satisfazerem inteiramente as interpretações. Só o conto, onde, resumindo o caso, talvez julgasse ter sido menos infiel à emoção profunda que o guiava, teve ânimo de entregar à publicidade; mas não bastou para libertar o criador dessa criatura sem mistério e até, aparentemente, sem maior interesse. Durante pelo menos dezessete anos - de 1904, data da primeira tentativa, até janeiro de 1922, quando terminou a versão que ora se edita - esteve este tema entre as suas cogitações. *É que a desgraça, tão comum, de Clara, se lhe apegara à sensibilidade precisamente por ser comum, por significar menos um destino individual do que uma fatalidade pesando sobre todo um grupo humano.*⁶²

⁶¹*Histórias e Sonhos*. Contos... Livraria Editora de Gianlorenzo Schettino, Rua Sachet, 18, 1920 apud BARBOSA, F.A., op. cit., p. 395.

⁶²PEREIRA, L.M., op. cit., p. 14, grifos meus.

Podemos dizer que essa “fatalidade” adquire em Lima Barreto um sentido histórico, pois ela se inicia com a colonização. Isto fica claro pela escolha da epígrafe do romance, retirada do livro *Histórias do Brasil*, de João Ribeiro. “Alguns as desposavam [as índias]; outros, quase todos, abusavam da inocência delas, como ainda hoje das mestiças, reduzindo-as por igual a concubinas e escravas”. Logo, o autor coteja a situação das índias seduzidas pelos colonizadores portugueses com a condição das mulheres mestiças do Brasil republicano. Parece ser esse um dos escopos do romance, ou seja, revelar a situação de extrema inferioridade social e o destino inelutável que cerca as moças que tiveram o mesmo nascimento de Clara. Inferioridade e destino que a época de Lima Barreto procurava ampliar pelo peso do preconceito. Antonio da Silva Marramaque, que anos atrás havia sido freqüentador assíduo das rodas boêmias, chegando a conhecer Paula Nei e Luís Murat, e que na época que transcorre o romance é padrinho de Clara e “contínuo de ministério”, é um personagem que reflete constantemente o problema social de sua afilhada.

Na sua vida, tão agitada e tão variada, ele sempre observou a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas do nascimento e

da cor da afilhada; e também o mau conceito em que se têm as suas virtudes de mulher. A priori, estão condenadas; e tudo e todos pareciam condenar os seus esforços e os dos seus para elevar a sua condição moral e social.⁶³

Filha do carteiro Joaquim dos Anjos, natural de Diamantina e que ainda jovem veio para o Rio de Janeiro como ajudante de um engenheiro inglês que fizera “puras e platônicas pesquisas geológicas e mineralógicas” em sua cidade natal, Clara é a única protagonista dos romances barretianos. Como salienta Lúcia Miguel Pereira, “(...) De certa maneira, é a réplica feminina do *Isaías Caminha*, mais incisiva e triste porque, lá, o mulato sempre tem uma vitória, embora pelo preço da renúncia aos ideais da mocidade, e aqui nenhuma compensação se oferece à mulata.”⁶⁴ Por outro lado, a personalidade de Clara é exígua se a compararmos com as de *Isaías Caminha*, *Gonzaga de Sá* e *Policarpo Quaresma*. Mesmo algumas das personagens femininas dos romances de Lima Barreto superam a “natureza pastosa, amorfa” de Clara⁶⁵. Educada “rigorosamente” pela mãe, D. Engrácia, a

⁶³BARRETO, L. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p. 36, grifos meus.

⁶⁴PEREIRA, L.M. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 300.

⁶⁵Ver, por exemplo, a personagem Olga de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Edgarda de *Numa e a ninfa* e D. Margarida do romance *Clara dos Anjos* (N.A.)

protagonista não estabelece contato com o mundo exterior, forjando uma representação distorcida deste.

Clara era de uma natureza amorfa, pastosa, que precisava mãos fortes que modelassem e fixassem. Seus pais não eram capazes disso. A mãe não tinha caráter, no bom sentido, para o fazer; limitava-se a vigiá-la caninamente; e o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinha e descantes, entoadas por seestrosos cantores, como o tal Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. O mundo se lhe representava como povoado de suas dúvidas, de queixumes de viola, a suspirar amor. *Na sua cabeça, não entrava que a nossa vida tem muito de sério, de responsabilidade, qualquer que seja a nossa condição e o nosso sexo.* Cada um de nós, por mais humilde que seja, tem que meditar, durante a sua vida, sobre o angustioso mistério da Morte, para poder responder cabalmente, se o tivermos que o fazer, sobre o emprego que demos a nossa existência. *Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o seu destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões.* A idade, o sexo e a falsa educação que recebera, tinham muita culpa nisso tudo; mas a sua falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida. Para ela, a oposição que, em casa, se fazia a Cassi, era sem base. Ele tinha feito isto e aquilo; mas - interrogava ela - quem diria que ele fizesse o mesmo em casa de seu pai?⁶⁶

É este o ambiente psicológico que delineia a consciência de Clara e marca as suas ações no interior do romance. Ações essas que estão em constante oposição com a realidade sócio-racial da época de Lima Barreto, já que o livro procura trazer à tona a crítica ao

⁶⁶BARRETO, L. *Clara dos Anjos*., op. cit., p. 72, grifos meus.

preconceito, *mais precisamente a submissão social que esse preconceito impõe à mulata*. Clara não possui uma idéia transparente sobre a sua situação dentro da sociedade, em parte pela educação que recebera de seus pais. Em certo momento, chega a perceber o “contraste de cor” entre ela e o seu suposto “pretendente”, mas essa percepção não é suficiente para que ela encare essa problemática como um entrave que a impede de ascender em uma sociedade que discrimina as pessoas de sua condição.

Avaliou em algum ressaibo de revolta o procedimento dos pais. O que queriam fazer dela? Deixá-la ficar para ‘tia’ ou fazê-la freira? E ela precisava casar-se? Era evidente; sua mãe e seu pai tinham, pela força das cousas, que morrer antes dela; e, então, ela ficaria pelo mundo desamparada? Cochichavam que Cassi era isto e era aquilo. Dona Margarida e o padrinho eram os que mais mal falavam dele; que era um devasso, um malvado, um desencaminhador de donzelas e senhoras casadas. Como ele poderia ser tanta coisa ruim, se freqüentava casas de doutores, de coronéis, de políticos? Naturalmente havia nisso muita inveja dos méritos do rapaz, em que ela via senão delicadeza, modéstia e, também, os suspiros e os dengues de violeiro consumado.

Uma dívida lhe veio; ele era branco; e ela, mulata. Mas que tinha isso? Havia tantos casos... Lembra-se de alguns... E ela estava tão convencida de haver uma paixão sincera no valdevinos, que, ao fazer esse inquérito, já recolhida, ofegava, suspirava, chorava; e os seus seios duros quase estouravam de virgindade e ansiedade de amar.⁶⁷

Como já foi ligeiramente indicado, é Marramaque o pólo oposto da consciência mistificada de Clara. Pode-se dizer que este

personagem age como uma voz que procura projetar os augúrios pelos quais passam a gente pobre dos subúrbios, principalmente aquelas que são mulatas.

- Pois, então, você compadre, quer meter semelhante pústula dentro de sua casa? Você não sabe quem é este Cassi? Se o pai não quer saber dele, é porque boa cousa ele não é. Ele não só desonra a família dos outros, como envergonha a própria. As irmãs, que são moças distintas, já podiam estar bem casadas; mas ninguém quer ser cunhado de Cassi. Ele se diz sempre correspondido, que se quer casar, etc., para dar o bote. Quando fica satisfeito, escorrega pelas malhas da justiça e da polícia, e ri-se das pobrezinhas que atirou à desgraça. *Você não vê que, se ele quisesse casar, não escolheria Clara, uma mulatinha pobre, filha de um simples carteiro?* Sou teu amigo, Joaquim...⁶⁸

Marramaque, juntamente com Leonardo Flores - possível *alter ego* do autor -, é o único personagem do romance que tem pretensões intelectuais. Menos instruído que o mulato Leonardo, “um verdadeiro poeta, que tivera o seu momento de celebridade no Brasil inteiro e cuja influência havia sido grande na geração de poetas que lhe seguiram”, Marramaque, desde a sua juventude, numa cidadezinha vizinha ao Rio de Janeiro, sonhava em educar-se para fazer versos à moda de Casimiro de Abreu. Vem para a Corte e vive a boêmia carioca, onde discutia literatura e política. Entretanto, transforma-se em um poeta *raté*, embora tivesse uma visão mais “ampla” e “variada”

⁶⁸Idem, p. 46, grifos meus.

do mundo do que as pessoas com que ele convivia. Havia militado na pequena imprensa, na qual havia tomado partido a favor do republicanismo e, com maior vigor, da abolição.

Havia, quando rapazola, muitas névoas na sua alma, um diluído desejo de vazar suas mágoas e os sonhos, no papel, em verso ou fosse como fosse; *e um forte sentimento de justiça. O espectro da escravidão com todo o seu cortejo de infâmias, causava-lhe secretas revoltas.*⁶⁹

Esse “espectro” e a sua herança, além de se tornar palpável em Clara, também se materializa no poeta Leonardo Flores. Apesar de ter publicado dez volumes de sucesso, “com os quais todos ganharam dinheiro, menos ele”, Leonardo, devido ao uso excessivo do álcool e “desgostos íntimos, nos quais predominava a loucura irremediável de um irmão, não era mais que uma triste ruína de homem, amnésico, semi-imbecilizado, a ponto de não seguir o fio da mais simples conversa”. Pode-se dizer que este personagem encarna as duas principais angústias que perseguiram Lima Barreto por toda a sua tumultuada existência: a mulatice e a loucura. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909) e *Clara dos Anjos* o primeiro tema é proeminente. No romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1911)

⁶⁸Idem, p. 80, grifos meus.

⁶⁹Idem, p. 32, grifos meus.

e no livro de memórias *Cemitério dos Vivos* (1921) o segundo tema tem lugar de destaque⁷⁰. Portanto, Leonardo é um personagem que se aproxima dos tormentos pessoais de Lima Barreto, e através de suas reflexões tanto a concepção de arte do escritor carioca quanto a sua consciência de “mulato marginalizado” emergem de maneira veemente.

- Pois tu não sabes quem sou eu, quem é Leonardo Flores? Pois tu não sabes que a poesia para mim é a minha dor e é a minha alegria, é a minha própria vida? Pois tu não sabes que tenho sofrido tudo, dores, humilhações, vexames, para atingir o meu ideal? Pois tu não sabes que abandonei todas as honrarias da vida, não dei o conforto que minha mulher merecia, não eduquei convenientemente meus filhos, unicamente para não desviar dos meus propósitos artísticos? *Nasci pobre, nasci mulato, tive uma instrução rudimentar, sozinho completei-a conforme pude; dia e noite lia e relia versos e autores; dia e noite procurava na rudeza aparente das cousas achar a ordem oculta que as ligava, o pensamento que as unia (...)* tudo isso eu fiz com sacrifício de cousas mais proveitosas, não pensando em fortuna, em posição, em respeitabilidade. *Humilharam-me, ridicularizam-me, e eu, que sou homem de combate, tudo sofri resignadamente.* Meu nome afinal soou, correu todo esse Brasil ingrato e mesquinho; e eu fiquei cada vez mais pobre, a viver de uma aposentadoria miserável, com a cabeça cheia de imagens de ouro e a alma iluminada pela luz imaterial dos espaços celestes. O fulgor do meu ideal me cegou; a vida, quando não me fosse traduzida em poesia, aborrecia-me.

⁷⁰“Este livro é, em parte, um prolongamento do *Diário Íntimo*. Notadamente o *Diário do Hospício*, nas condições especialíssimas em que foi escrito. Na edição de 1953 formavam uma unidade. Daqui por diante, na atual coleção das ‘Obras Completas de Lima Barreto’, constituem volumes independentes.

O *Cemitério dos Vivos* ficou, assim, dividido em quatro partes: a) *Diário do Hospício* (apontamentos); b) *O Cemitério dos Vivos* (fragmentos); c) ‘Inventário’ (Coleção ‘Limana’), e, finalmente, d) ‘O caso clínico’, reunindo documentos relacionados às internações do escritor no Hospício Nacional de Alienados.

O primeiro capítulo d’O *Cemitério dos Vivos* foi publicado ainda em vida do autor na *Revista Sousa Cruz* (número 29, janeiro de 1921), com o título *As Origens*. Mas Lima Barreto não pôde concluir o romance, que seria talvez a sua obra-prima, cujos fragmentos incorporamos no *Diário do Hospício*, série de apontamentos tomados por ocasião da segunda estada do escritor no sombrio casarão da Praia Vermelha, ou seja, de 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920.” - BARRETO, L. *O Cemitério dos Vivos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p. 25

Pairei sempre no ideal; e se este me rebaixou aos olhos dos homens, por não compreender certos atos desarticulados da minha existência.; entretanto, elevou-me aos meus próprios, perante a minha consciência, porque cumpri o meu dever, executei a minha missão: fui poeta! *Para isto fiz todo o sacrifício. A Arte só ama a quem a ama inteiramente, só e unicamente; e eu precisava amá-la, porque ela representava não só a minha Redenção, mas toda a dos meus irmãos, na mesma dor. Louco?! Haverá cabeça cujo maquinismo impunemente possa resistir a tão inesperados embates, a tão fortes conflitos, a colisões com o meio tão bruscas e imprevistas? Haverá?*

Sim, meu velho Meneses, fui poeta, só poeta! Por isso, nada tenho e nada me deram. Se tivesse feito alambicados jeitosos, colchas de retalhos de seda da China ou do Japão, talvez fosse embaixador ou ministro; mas fiz o que a dor me imaginou e a mágoa me ditou. A saudade escreveu e eu translado, disse Camões; e eu transladei, nos meus versos, *a dor, a mágoa, o sonho que as muitas gerações que resumo escreveram com sangue e lágrimas, no sangue que me corre nas veias. Quem sente isto, meu caro Meneses, pode vender versos? Dize, Meneses!*

- Não. Deve sempre assiná-los.

- Pois eu não vendo, passe por que passar. Sofram, sonhem e bebam cachaça, se os quiserem fazer. Isto não será bastante - disse ele com melancolia - *é preciso ter nascido como eu, ter perdido todos os seus irmãos na pobreza e ter um, há vinte anos, atacado da mais estúpida forma de loucura, para os poder fazer.* Isto, porém, ninguém pode obter por sua própria vontade. Bendito seja Deus!”⁷¹

Esta citação coloca em evidência dois aspectos da arte de escrever caros a Lima Barreto: 1) A Arte entendida como “redenção”, missão, forma de combate; 2) Combate esse que visa desmistificar a “aparência das cousas”, traduzindo, por intermédio da literatura, a condição de pessoas ou grupos que ocupam uma posição subalterna dentro da sociedade. Segundo Sonia Brayner, Lima Barreto vai na

esteira daqueles autores que procuraram ressaltar o *caráter sociológico* da literatura, tais como Taine, Brunetière, Tolstói e Guyau.

Seguindo essa orientação estética, Lima Barreto defende com ardor a presença da sociedade como elemento gerador e determinante da própria produção artística; em consequência, também para o crítico, seus critérios de valor abrigam elementos inferidos da ambiência social. Para compreender uma obra de arte, segue de perto as recomendações de Taine na *Philosophie de l'art*, que preconiza *'representar com exatidão o estado geral do espírito e dos costumes do tempo a que pertence. E é a 'temperatura moral' do Brasil que Lima Barreto pretende revelar através de enredos e personagens carreadores da problemática da época.'*⁷²

Nesse sentido, Lima Barreto procura inserir em seus textos os caracteres essenciais que formam a sociedade da sua época, em que o tema do negro e do mulato - da marginalização e da herança escravocrata secular que pesa sobre eles - figura como peça fundamental para se explicar as contradições que a incipiente “modernidade” brasileira engendrou nos primeiros anos em que a República foi implantada entre nós. E nessa modernidade recém-instaurada, o *preconceito racial* que atinge a população de cor tem

⁷¹BARRETO, L. *Clara dos Anjos*, op. cit., p. 69-70, grifos meus.

⁷²BRAYNER, S. Lima Barreto: mostrar ou significar? In: *Labirinto do Espaço Romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira: 1880-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979, p. 148-9, grifos meus.

que ser combatido também através da literatura. É o que exprime a voz de Isaías Caminha.

Para ele [Loberant], como para toda gente mais ou menos letrada do Brasil, *os homens e as mulheres do meu nascimento são todos iguais, mais iguais ainda que os cães de suas chácaras*. Os homens são uns malandros, pianistas, parlapatões quando aprendeu alguma coisa, fôsforos de politicões; *as mulheres (a noção aí é mais simples) são naturalmente fêmeas*.

A indolência mental leva-os a isso e assim também pensava o doutor Loberant. Não tive grande trabalho em o fazer modificar o juízo na parte que me tocava. Mas não me dei por satisfeito. *Percebi que me viam como exceção*; e, tendo sentido que a minha instrução era mais sólida e mais cuidada do que a maioria deles, apesar de todos os seus diplomas e títulos, fiquei animado, como ainda estou, *a contradizer tão malignas e infames opiniões, seja em que terreno for, com obras sentidas e pensadas, que imagino ter por força realizá-las, não pelo talento, que julgo não ser muito grande em mim, mas pela sinceridade da minha revolta que vem do Amor e não do Ódio, como podem supor*.

*Cinco capítulos da minha Clara estão na gaveta; o livro há de sair.*⁷³

Se Isaías Caminha consegue ascender socialmente e ser visto como “exceção” entre as pessoas de sua origem, Clara - como representante da mulher mulata - será encarada como “naturalmente fêmea” e não conseguirá modificar a sua situação. O “sedutor” Cassi verá nela, como em outras “humildes raparigas”, uma vítima indefesa para as suas aventuras amorosas. Mas aí não é apenas o “caráter individual” de Cassi que será o móvel tanto da sua concepção como

⁷³BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p. 130, grifos meus.

da sua conduta. Ele conta, mas será embasado pelo *preconceito racial* que ronda a sociedade brasileira do início do século; preconceito esse que está enraizado também em nossas instituições.

Até ali, ele contava com a benevolência secreta de *juizes e delegados*, que no íntimo, *julgavam absurdo o casamento dele com as suas vítimas, devido à diferença de educação, de nascimento, de cor, de instrução*. Quanto à segunda e terceira causa, embora nem sempre se verificasse a segunda, podia-se admitir; mas quanto à duas outras considerações, eram errôneas, porque ele era tão ignorante e tão mal educado como eram, em geral, as humildes raparigas que ele desgraçava irremediavelmente.⁷⁴

Em verdade, não é apenas a falta de caráter de Cassi o único motivo dos seus atos “infames”. Lima Barreto procura representar nesse personagem - ainda que de maneira violenta e caricatural - uma noção que está fortemente arraigada em nossa sociedade. Antípoda de Cassi é o compadre de Gonzaga de Sá.

Havia na sala umas trinta pessoas, mais da metade mulheres. Sobre uma velha cômoda, um lampião mal iluminava; os círios bruxuleavam. Gonzaga de Sá atravessou-a e foi sentar-se perto da sogra do compadre que chorava. Era uma preta retinta, de uma pele macia de veludo. Fiquei em pé, perto da porta da entrada. Havia um silêncio completo, de quando em quando um soluço da pobre mulher quebrava-o lugubrememente. A gratidão devia ser grande. Aquele homem agora morto lhe dera as mais gratas satisfações da sua vida humilde. *Casara com a filha, apoiara com seu prestígio de homem a sua fraqueza de condição de menina, arrebatara-a ao ambiente que cerca as raparigas de cor, dignificara-a, ela, a quem quase todo o conjunto da sociedade,*

⁷⁴BARRETO, L. *Clara dos Anjos*, citado, p. 61, grifos meus.

*sem excetuar os seus iguais, admitem que o seu destino natural é a prostituição e a mancebia.*⁷⁵

Portanto, no romance *Clara dos Anjos*, e em passagens de outros livros do autor - *Isaías Caminha* e *Gonzaga de Sá*, como vimos anteriormente - a denúncia barretiana estabelece uma crítica à sociedade que oferece à mulata um *status* marginal, tanto no que se refere à insuficiência de direitos de liberdade quanto aos próprios estereótipos que a sua época veiculava sobre o seu destino, supostamente forjado na “prostituição” e na “mancebia”. Entretanto, Clara não permanecerá indiferente frente à sua posição dentro da sociedade. No final do romance, ela sofrerá um impacto ao ver a sua pungente realidade de mulher mulata, grávida e solteira rejeitada preconceituosamente pela mãe de Cassi, D. Salustiana.

A mãe de Cassi, depois de ouvi-la, pensou um pouco e disse com ar um tanto irônico:

- Que é que a senhora quer que eu faça?

Até ali, Clara não dissera palavra; e Dona Salustiana, mesmo antes de saber que aquela moça era mais uma vítima da libidinagem do filho, quase não a olhava; e, *se o fazia, era com evidente desdém*. A moça foi notando isso e encheu-se de raiva, de rancor por aquela humilhação por que passava, além de tudo que sofria e havia ainda de sofrer. Ao ouvir a pergunta de Dona Salustiana, não se pôde conter e respondeu como fora de si:

- Que se case comigo.

⁷⁵BARRETO, L. *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p. 62, grifos meus.

Dona Salustiana ficou lívida; *a intervenção da mulatinha a exasperou*. Olhou-a cheia de malvadez e indignação, demorando a olhar propositadamente. Por fim, expectorou:

- *Que é que você diz, sua negra?*

Dona Margarida, não dando tempo a que Clara repelisse o insulto, imediatamente, erguendo a voz, falou com energia sobranceira:

- Clara tem razão. O que ela pede é justo; e fique a senhora sabendo que nós aqui estamos para pedir justiça e não para ouvir desaforos.

(...)

- Ora vejam vocês, só! É possível? É possível admitir meu filo casado com esta...

As filhas intervieram:

- Que é isto mamãe?

A velha continuou:

- *Casado com gente dessa laia... Qual!... Que diria meu avô, Lord Jones, que foi cônsul em Santa Catarina? - que diria ele se visse tal vergonha? Qual!*⁷⁶

Parece que essa situação esboça uma tomada de consciência de sua posição social no espírito de Clara. É com amargura que ela reflete, logo após o encontro:

Na rua, Clara pensou em tudo aquilo, naquela dolorosa cena que tinha presenciado e no vexame que sofrera. *Agora é que tinha a noção da sua situação na sociedade*. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir os desaforos da mãe do seu algoz, para se convencer de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos. Bem fazia adivinhar isso, seu padrinho! Coitado!

A educação que recebera, de mimos e vigilância, era errônea. Ela devia ter aprendido da boca de seus pais que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos, mas isto ao vivo, com exemplos, claramente... o bonde veio cheio. Olhou todos aqueles homens e mulheres... *Não haveria talvez entre toda aquela gente de ambos os sexos, que não fosse indiferente à sua desgraça... Ora, uma mulatinha, filha de um carteiro!* O que era preciso, tanto à ela como às suas iguais, era

⁷⁶Idem, p. 103-4, grifos meus.

educar o caráter, revestir-se de vontade, como possuía essa varonil D. Margarida, para se defender de Cassis e semelhantes, e *bater-se contra todos os que se opusessem, por este ou aquele modo, contra a elevação social dela, social e moralmente. Nada a fazia inferior às outras, senão o conceito geral e a covardia com que elas o admitiam...*

Chegaram em casa; Joaquim ainda não tinha vindo. Dona Margarida relatou a entrevista, por entre o choro e o soluço da filha e da mãe.

Num dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero:

- Mamãe! Mamãe!

- Que é minha filha?

- *Nós não somos nada nessa vida.*⁷⁷

Com efeito, Lima Barreto não se esquivou do seu presente, da sua época, pois encarou de frente a situação do negro, do mulato, do homem livre e pobre destituído de amizades influentes e marginalizado. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, primeiro livro publicado do autor, procura refletir o “destino trágico” do povo brasileiro no tempo em que ele começou a participar da aventura da modernidade instaurada com a Abolição e a proclamação da República.

⁷⁷Idem, p. 103-4, grifos meus.

IV. E não te mostres muito, porque nós...

Segundo Francisco de Assis Barbosa, o ano de 1908 não foi um dos melhores para Afonso Henriques de Lima Barreto. A revista *Floreal*, cujo primeiro número foi lançado em 25/10/1907 e que já trazia estampados em suas páginas alguns trechos de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, estava fadada a desaparecer. E de fato foi isso que ocorreu em 31/12/1907, data do seu quarto e último número. Esta pequenina revista representava muito para Lima Barreto, pois era com ela que ele intentava lutar contra os “mandarins” literários⁷⁸. Não teve porém nenhum êxito digno de nota, a não ser a crítica favorável de José Veríssimo tanto à revista como aos primeiros capítulos de *Isaías Caminha*, que mais tarde Lima Barreto transcreveria no Prefácio das suas *Recordações*.

Aí de mim, se fosse a ‘revistar’ aqui quanta revistinha por aí aparece com presunção de literária, artística e científica.

Não teria mãos a medir e descontentaria a quase todos; pois a máxima delas me parecem sem o menor valor, por qualquer lado que as encaremos. Abro uma justa exceção, que não desejo fique como precedente, para uma magra brochurazinha que com o nome esperançoso de *Floreal* veio ultimamente a público, e onde li um artigo ‘Spencerianismo e Anarquia’, do senhor M. Ribeiro de Almeida, e o começo de uma novela ‘*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*’, pelo senhor Lima Barreto, nos quais creio

⁷⁸BARBOSA, F.A., op. cit.

descobrir alguma coisa. E escritos com uma simplicidade e sobriedade, e já tal qual sentimento de estilo que corroboram essa impressão.⁷⁹

Logo, com a extinção da *Floreal* Lima Barreto se viu impossibilitado de ver os seus escritos publicados. O quartel general da sua luta contra o *esteticismo* era a citada revista e, com o seu desaparecimento, abateu-se sobre ele um forte desânimo. Estava muito difícil encontrar um editor para publicar as *Recordações* no Brasil, motivo pelo qual ele confiou os originais ao seu amigo Antônio Noronha Santos, para que este tentasse comercializá-los em Lisboa com o editor português A. M. Teixeira, que remeteria os primeiros exemplares do livro a Lima Barreto no final de 1909. Curiosamente, A.M. Teixeira, numa conversa em Lisboa com Antônio Noronha Santos, dissera que o livro possuía um conteúdo que iria ‘escandalizar’ o meio intelectual de então.

Ele tinha-me dito que ia fazer ler o teu romance por alguém, para dar opinião; não sei se o fez; o que garanto é que ele mesmo o leu e o leu bem lido. Frase da conversa: ‘ele tem talento’. Se me é permitido dar-te um conselho, não sejas muito exigente na questão do pagamento. Não te adianta grande coisa e demora a impressão; e o livro precisa sair. Eu o autorizei friamente a mandar o livro para a tipografia: ele quer te fazer a remessa da prova em três vezes, para dar o livro pronto em junho, e posto no Brasil em julho. *Está meio apavorado com a falta de notícias dos jornais*

⁷⁹VERÍSSIMO, J. *Jornal do Comércio*, 9/12/1907 apud BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, op. cit., p. 21.

*daí, que fatalmente se vai dar: é um livro de escândalo, repetiu-me duas ou três vezes.*⁸⁰

Efetivamente, a segunda parte do *Isaías Caminha* é uma crítica mordaz à imprensa da época. Ali ele caricatura alguns tipos que faziam parte do meio jornalístico; e a caricatura mais grotesca ele coloca no personagem Raul Gusmão, “uma desencontrada mistura de porco e de símio”, facilmente identificado como sendo o escritor Paulo Barreto (João do Rio). Esta atitude lhe custou uma inimizade com o referido autor, que procurou “sabotar” a edição das *Recordações* quando se encontrou com A.M. Teixeira em Lisboa⁸¹.

Podemos dizer que o *Isaías Caminha* é um romance da desilusão. Adiantando, não se tratava mais de ver o negro e o mulato com olhos iludidos, esperando que o mundo pós-abolição viesse redimi-lo dos horrores sofridos durante séculos de cativeiro. O

⁸⁰Carta de Antônio Noronha Santos a Lima Barreto, 13/03/1909 apud *Lima Barreto: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas.*, op. cit., p. 213.

⁸¹“O escritor Paulo Barreto, o João do Rio - que inspirou o personagem Raul Gusmão, de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* - voltava de Lisboa, onde encontrou o editor A.M. Teixeira, de acordo com o relato de Antônio Noronha Santos, já na citada carta de 13/03/1909: ‘O M. Teixeira perguntou-lhe, sem falar no romance, se ele te conhecia. Ele respondeu que não. Que f. Da p.!’”. Em carta de 03/04/1909, assim refere-se Lima Barreto ao assunto a Antonio Noronha Santos: “(...) O tal Paulo Barreto chegou [de Lisboa, onde havia afirmado ao editor português que não conhecia Lima Barreto]. Falou a respeito do livro. Não achas engraçado que ele tivesse lembrado do caso? Surpreendeu-me que ele soubesse do assunto do livro. Não me incomodei com a história. Sabes bem que o Paulo Barreto é covarde de toda natureza. Ele imaginou no primeiro momento que se tratasse de alguma pergunta sem alcance, mas, tendo sabido que era um livro, arrependeu-se e correu ao João para ver se amaciava a cousa. *Gostei até, porque justifica os deboches que lhe faço.*” - *Lima Barreto: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*, citado, p. 214-5, grifos meus.

ambiente social que surgiu após a *Lei Áurea* não permitia mais as ilusões, pois elas se perderam quando se chocaram com a dura realidade do emergente capitalismo brasileiro. Essa parece ser a intenção do *Isaiás Caminha*, ou seja, esclarecer os elementos essenciais que constituíam a nova ordem social que emergiu com a República, demonstrando como as intenções de mobilidade social de Isaiás vão sendo esmagadas no interior de uma sociedade marcada pelo preconceito. Os motivos que levaram Isaiás a “escrever” o romance ficam expostos no Prefácio.

Eu me lembrei de escrever estas recordações, há dois anos, quando, um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida no sofá da minha sala humilde, pelo promotor público da comarca. Nela um dos seus colaboradores fazia *multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza das pessoas do meu nascimento*, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na natureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou em regra geral, pela ausência deles.

Li-o pela primeira vez com ódio, tive desejos de rasgar as páginas e escrever algumas verrinas contra o autor.

Considerei melhor e vi que verrinas nada adiantam, não destroem; se caso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos desses ficam vivos, de pé.

O melhor, pensei, seria *opor argumentos a argumentos*, pois se uns não destruíssem os outros, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e outro partido.⁸²

Se o objetivo do livro é “opor argumentos a argumentos”, fica claro que o autor pretende defender uma causa, mostrando a sua

concepção de *literatura militante* que visa tomar partido a favor das pessoas que tiveram o mesmo nascimento que o seu, isto é, o mulato. Entretanto, não são apenas as pessoas de “cor” que serão defendidas, emergindo uma *denúncia* de quase toda a sociedade, abrangendo desde a reforma urbana do Rio de Janeiro até a imprensa e o exibicionismo verbal dos “falsos literatos”. De acordo com Maria Zilda Ferreira Cury, o nome do personagem já reflete o clima de *denúncia* que envolve o livro. Isaías é o nome do profeta do Velho Testamento que pretendia “desmascarar” as injustiças sociais da sua época. Por outro lado, Caminha, o *escrivão* da esquadra de Cabral, é aquele que anuncia a D. Manuel a *descoberta de uma nova terra*.

A situação de denúncia ligada ao escrever já vem desde a escolha do nome do personagem-narrador: Isaías Caminha. O nome de um profeta, Isaías (...) e da primeira pessoa que escreveu sobre o Brasil, o também *escrivão*, Pero Vaz de Caminha.

(...) A dimensão social da justiça está muito presente na boca do profeta Isaías, na crítica às injustiças praticadas pelos líderes políticos do seu tempo, na denúncia de seus desmandos.

(...) Com relação ao nome ‘Caminha’ tem-se dupla analogia: o escrever e o anunciar. Ao *escrivão*, da frota de Cabral, coube a tarefa de anunciar, numa carta, a descoberta de uma nova terra.

O par Isaías Caminha aponta para o “escrever”, mas não um escrever qualquer, mas um escrever que *denuncia* a injustiça, a opressão e, ao mesmo tempo, *anuncia* algo novo. Vê-se aí a manutenção de uma postura de oposição.

Assim, já no nome escolhido para o personagem pode-se depreender a concepção da função do escritor, daquilo que Lima

⁸²BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, citado, p. 22, grifos meus.

considera como sendo uma missão, um dever: o denunciar as injustiças de seu tempo, o alinhar-se com os marginalizados, o 'redimi-los' através da literatura.⁸³

Além disso, podemos inferir que *Pero Vaz de Caminha* é aquele que relata pela primeira vez a entrada do Brasil nos quadros da história do ocidente, enquanto na Primeira República *Isaías Caminha* contempla na sua narrativa a inserção do Brasil no âmbito da fase imperialista, que é um novo patamar do capitalismo mundial. Portanto, *denúncia social* de Isaías aliada a descrição de um período histórico determinado, ou seja, a emergência da nova realidade brasileira que se implantou com a Abolição e a República.

É significativo entender o motivo que impulsionou Isaías a escrever o livro, ou seja, “as multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza das pessoas do meu nascimento”, que ele leu numa “revista nacional”. Podemos notar que o livro estabelece um debate - “opor argumentos a argumentos” - com as teorias racistas que predominavam no meio intelectual brasileiro desde o século XIX até meados do atual. Segundo Emília Viotti da Costa, os intelectuais brasileiros do referido período receberam a influência de autores como

⁸³CURY, M. Z. F. *Um Mulato no Reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São

Lapouge e Gobineau, que defendiam a tese da superioridade da raça “branca” em relação aos povos “mestiços”. Contudo, essas teorias não foram “importadas” mecanicamente, mas adequaram-se à realidade brasileira de uma forma peculiar.

Quando olhamos mais de perto o que esses intelectuais faziam com as idéias racistas européias, torna-se claro que eles não eram passivos receptores de idéias produzidas no exterior, meras vítimas de uma mentalidade colonial que procuravam ver sua realidade através de idéias vindas do estrangeiro. Seria talvez mais correto dizer que eles viam aquelas idéias através de **sua realidade**. A elite branca já tinha em sua própria sociedade os elementos necessários para forjar a sua ideologia racial. Tinha aprendido desde o período colonial a ver os negros como inferiores. Tinha também aprendido a abrir exceções para alguns **indivíduos** negros ou mulatos. Qualquer europeu ou americano que postulasse a superioridade branca seria necessariamente bem recebido. Ele traria a autoridade e o prestígio de uma cultura superior para as idéias já existentes no Brasil. Os brasileiros teriam que fazer apenas alguns ajustes. E os fizeram. Para formular o ‘problema negro’ em seus **próprios** termos, eles ‘descartaram duas principais suposições das teorias racistas européias: a natureza inata das diferenças raciais e a degeneração dos povos mestiços’. Assim, embora afirmando a superioridade dos brancos sobre os negros, eles tinham meios para aceitar negros em seus grupos. E tinham a esperança de eliminar o ‘estigma’ negro no futuro, através da miscigenação.⁸⁴

Todavia, a aceitação de alguns negros e mulatos na esfera das elites se dava quase sempre por intermédio da *patronagem*. Ou seja, inseridos no interior do sistema de clientela, homens brancos e pobres,

Paulo: Editora Cortez, 1981, p. 103-7.

⁸⁴COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 1ª ed. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, p. 233-4. Quanto à elite brasileira abrir algumas “exceções” em relação à mobilidade de negros e mulatos, pensemos no exemplo de Machado de Assis.

mulatos e negros, submetiam-se à elite branca através da *prática do favor*. Nesse sentido, o negro e o mulato não competiam em igualdade de condições no mercado, mas ascendiam socialmente, o que era raro, sob a sombra da “elite branca”. Por isso mesmo, era a referida elite que controlava os mecanismos de ascensão como bem lhe aprouvesse. Lima Barreto, ainda no *Prefácio*, indica o caminho que norteará o seu debate com as teorias racistas e com a vida social que impedia a mobilidade do negro ou do mulato.

Não é meu propósito fazer obra de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, a mais das vezes, *está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insidia do veneno.*⁸⁵

A análise do universo familiar de Isaías é importante, pois ele carrega uma oposição que marca a evolução do personagem dentro do romance. O pai de Isaías além de ser branco era um sacerdote, enquanto a sua mãe era negra. Já aí existe um contraste: o pai instruído inculcava no pequeno Isaías a idéia de ascensão burguesa através da instrução, enquanto a mãe representava a ignorância do “mundo dos negros”.

O espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança como um deslumbramento.

Pareceu-me então que aquela faculdade de explicar tudo, aquele seu desembaraço de linguagem, a sua capacidade de ler línguas diversas e compreendê-las, constituíam, não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente.

Sabendo, ficávamos de alguma maneira sagrados, deificados... se minha mãe me aparecia triste e humilde - pensava eu naquele tempo - era porque não sabia, como meu pai, dizer os nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva...⁸⁶

Portanto, um elemento essencial irá conduzir Isaías para o Distrito Federal em busca de fama e notoriedade: a crença de que o título de doutor iria apagar tanto o seu nascimento humilde como a sua cor, fazendo-o entrar para o “mundo dos brancos”, para “outra casta”.

Ah! Seria doutor! *Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onimodo de minha cor...* nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida afora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro.⁸⁷

E, para que Isaías pudesse obter o tão almejado título, duas visões de mundo o influenciaram: a do seu tio carteiro Valentim, também mulato, e a da sua professora de colégio que tinha “olhos azuis e cabelos castanhos”. Também neste ponto existe a tensão entre

⁸⁵BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, op. cit., p. 23, grifos meus.

o universo dos “brancos” e dos “negros”. Valentim havia sido cabo eleitoral do Deputado Castro e, por isso, vai pedir ao chefe político local, Coronel Belmiro, uma carta de apresentação para que o citado Deputado obtivesse um emprego para Isaías na capital. Portanto, Valentim personifica o *sistema de clientela*, um dos únicos meios que possibilita tanto a ascensão social dos “pobres” quanto o controle que a elite exerce sobre eles, ofuscando a luta popular pela cidadania.

- Vossa Senhoria podia dizer na carta que o Isaías ia ao Rio estudar, tendo já todos os preparatórios, e precisava, *por ser pobre, que o doutor lhe arranjasse um emprego*.⁸⁸

Em oposição, a professora branca representa o mito do *self-made man*. Esta professora havia presenteado Isaías com um livro intitulado *O Poder da Vontade*, que trazia estampadas em suas páginas as “biografias heróicas” de Palissy, Watt, Benjamin Franklin, etc. Este livro influenciou o pequeno Isaías na medida que lhe transmitia uma concepção - muito difundida na América do Norte e Europa - que valorizava a crença na ascense e na vontade individual para ascender socialmente⁸⁹. Nesses termos, Isaías acreditava que a

⁸⁶Idem, p. 27.

⁸⁷Idem, p. 31, grifos meus.

⁸⁸Idem, p. 30, grifos meus.

⁸⁹Sobre esse assunto consultar COSTA, E.V., op. cit., p. 229.

sua aplicação nos estudos, as suas ótimas provas e os seus vários esforços individuais iriam levá-lo ao sucesso no Rio de Janeiro.

Quando acabei o curso do liceu, tinha uma boa reputação de estudante, quatro aprovações plenas, uma distinção e muitas sabatinas ótimas. Demorei-me na minha cidade natal ainda dois anos, dois anos que passei fora de mim, excitado pelas notas ótimas e pelos prognósticos da minha professora, a quem sempre visitava e ouvia. Todas as manhãs, ao acordar-me, ainda com o espírito acariciado pelos nevoentos sonhos de bom agouro, a sibila me dizia ao ouvido: Vai, Isaías! Vai!... Isto aqui não te basta... Vai para o Rio!⁹⁰

Portanto, podemos traçar as linhas gerais das visões de mundo que impulsionariam Isaías para o Distrito Federal: *a valorização da instrução, o esforço individual e, paradoxalmente, a proteção de um membro da elite*. Esses três elementos combinados seriam os veículos que poderiam conduzi-lo à ascensão social. Não obstante, existia um quarto elemento que iria se tensionar, isoladamente, com os outros três: a mãe de Isaías, que era duplamente discriminada, primeiro por ser negra e segundo por ser mulher. A exemplo de Marramaque em *Clara dos Anjos*, essa personagem figura no romance como uma peça que desmistifica as idéias sociais do jovem Isaías; concepções essas que se transformarão na medida em que o romance evolui. Por isso mesmo, ainda que embrionariamente, a mãe do protagonista

representa a desilusão que se abaterá sobre ele no decorrer do enredo, quando todas as suas percepções subjetivistas se diluírem ao tomarem contato com a realidade concreta.

Supus que adivinhava os perigos que eu tinha de passar; *sofrimentos e dores que a educação e a inteligência, qualidades a mais na minha frágil consciência social, haviam de trair fatalmente*. Não sei que de raro, excepcional e delicado, e ao mesmo tempo perigoso, ela via em mim para me deitar aqueles olhares de amor e espanto, de piedade e orgulho. *Aos seus olhos (...) eu era como uma rapariga, do meu nascimento e condição, extraordinariamente bonita, vivaz e perturbadora...* Seria demais tudo isso, *cercalá-ia logo o ambiente de sedução e corrupção, e havia de acabar por aí, por essas ruas...*

(...)

No dia seguinte, quando me despedi, ela me deu um forte abraço, afastou-se um pouco e olhou-me longamente, com aquele olhar que me lançava sempre, fosse em que circunstância fosse, onde havia mesclados terror, pena, admiração e amor.

- Vai meu filho, disse-me ela afinal. Adeus!... *E não te mostres muito, porque nós...*⁹¹

A frase “e não te mostres muito, porque nós...” carrega um significado que denuncia a posição social inferior de Isaías e a discriminação que ele iria sofrer no Rio de Janeiro. Ou seja, apesar dos seus dotes intelectuais e da sua boa vontade individual em aprender, o protagonista deveria ocupar sempre uma posição subalterna dentro da sociedade, estando sujeito a constantes

⁹⁰ BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, op. cit., p. 28.

⁹¹ Idem, p. 32, grifos meus.

humilhações. E isso parece começar a ocorrer já durante a sua viagem de trem à capital.

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém o fiz, não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-se lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma nota para pagar. Como se demorassem em trazer o troco reclamei: ‘Oh! Fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! *Aqui não se rouba, fique sabendo?!* Ao mesmo tempo a meu lado, um rapazola alourado, reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. *O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação.* Curti durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto. Trôpego e tonto, *embarquei e tentei decifrar a razão da diferença dos dois tratamentos.* Não atinei; em vão passei em revista a minha roupa e a minha pessoa... Os meus dezenove anos eram sadios e poupados, e o meu corpo regularmente talhado. Tinha os ombros largos e os membros ágeis e elásticos. As minhas mãos fidalgas, com dedos afiados e esguios, eram herança de minha mãe (...) Mesmo de rosto, se bem que os meus traços não fossem extraordinariamente regulares, eu não era hediondo nem repugnante. Tinha-o perfeitamente oval, e a tez de cor pronunciadamente azeitonada. Além de tudo, eu sentia que a minha fisionomia era animada pelos olhos castanhos, que brilhavam doces e ternos nas arcadas superciliares profundas, traço de sagacidade que herdei de meu pai. Demais, a emanção da minha pessoa, os desprendimentos da minha alma, devia ser de mansuetude, de timidez e bondade... *por que seria então, meu Deus?*⁹²

Percebe-se nesta passagem que Isaías busca a causa do “contraste de tratamento” em aspectos individuais tanto exteriores (físico) quanto interiores (personalidade). Entretanto, ele não se dá conta, pelo menos nesse primeiro momento, de que a origem do

⁹²Idem, p. 33, grifos meus.

referido contraste é fundamentalmente social e racial. Nesse sentido, ele não consegue compreender as raízes profundas do problema, já que parte de premissas subjetivas para o seu entendimento.

Todavia, a partir desse incidente as decepções vão se sucedendo para Isaías. E, à medida que elas avançam, a realidade parece que vai se tornando mais clara para ele. Com efeito, Lima Barreto colocará o protagonista em contato com os tipos mais significativos da vida social metropolitana, “os quais, na medida em que expressam alternativas humanas concretas, vão educando o protagonista - no bem e no mal - a ver o mundo sem ilusões.”⁹³

O encontro de Isaías Caminha com o Doutor Castro, seu suposto “protetor”, expressa a incipiente mudança de atitude do protagonista em relação à vida social que o cercava. Depois da recusa do Doutor Castro em lhe conseguir um emprego, Isaías reflete:

Veio-me um assomo de ódio, de raiva má, assassina e destruidora: um baixo desejo de matar, de matar muita gente, para ter assim o critério da minha existência de fato. Depois dessa violenta sensação na minha natureza, invadiu-me uma grande covardia e um pavor sem nome: *fiquei amedrontado em face das cordas, das roldanas, dos contrapesos da sociedade; senti-os por toda parte, graduando os meus atos, anulando os meus esforços; senti-os insuperáveis e destinados a esmagar-me, reduzir-me ao mínimo, a achatar-me completamente (...)* Saltara dos meus

⁹³COUTINHO, C. N. O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira. In: *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974, p. 26-7.

desejos heróicos para imaginar expedientes com que saísse da miséria em perspectiva. Aceitaria qualquer coisa, qualquer emprego... *Recordei-me das minhas leituras, daquele Poder da Vontade, das suas biografias heróicas: Palissy, Watt, Franklin... Sorri satisfeito, orgulhoso; havia de fazer como eles.*⁹⁴

Os limites que a sociedade impõe à ascensão social das pessoas de sua condição e cor já começam a ser percebidos pelo protagonista. Entretanto, Isaías ainda crê, como podemos perceber pela citação acima, na ideologia do *self-made man*. E essa crença vai sendo abalada à medida que se acentuam as discriminações. Por exemplo, quando houve um roubo no Jenikalé, onde Isaías estava hospedado, o dono do hotel o coloca sob suspeita justamente por ele ser mulato. Na delegacia, Isaías ouvirá outras referências preconceituosas.

A sala da delegacia voltou novamente ao seu silêncio primitivo. Um soldado veio apresentar-se, trocando rápidas palavras com o inspetor. Um relógio próximo bateu quatro horas. Dos compartimentos do fundo, chegou um personagem ventruado, meão de altura, de pernas curtas, furta-cor, tendo atravessado no peito um grilhão de ouro, donde pendia uma imensa medalha cravejada de brilhantes. Dirigiu-se ao inspetor:

- Raposo, vou sair: há alguma coisa?

- Nada, Capitão Viveiros.

- *E o caso do Jenikalé? Já apareceu o tal 'mulatinho'?*

Não tenho pejo em confessar hoje que quando me ouvi tratado assim, as lágrimas me vieram aos olhos. *Eu saíra do colégio, vivera sempre num ambiente artificial de consideração, de respeito, de atenções comigo; a minha sensibilidade, portanto, estava cultivada e tinha uma delicadeza extrema que se juntava ao meu orgulho de inteligente e estudioso, para me dar não sei que exaltada representação de mim mesmo, espécie de homem*

⁹⁴BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, op. cit., p. 53, grifos meus.

diferente do que era na realidade, ente superior e digno a quem um epíteto daqueles feria como uma bofetada. Hoje, agora, depois não sei de quantos pontapés desse e outros mais brutais, sou outro, insensível e cínico, mais forte talvez; aos meus olhos, porém, muito diminuído de mim próprio, do meu primitivo ideal, caído dos meus sonhos, sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso (...) O que mais me feriu, foi que ele partisse de um funcionário de um representante do Governo, da administração que devia ter tão perfeitamente, como eu, a consciência jurídica dos meus direitos ao Brasil e como tal merecia dele um tratamento respeitoso.⁹⁵

Este trecho das *Recordações* é bastante significativo. Primeiro porque Isaías se dá conta que seus atributos individuais, “inteligente” e “estudioso”, não o levariam a “fazer-se por si próprio”, pois a realidade se lhe afigura agora de uma maneira bastante crua. Segundo porque, logo após essa tomada de consciência de sua cidadania incompleta, ele conclui que o mulato, apesar de ter formalmente as mesmas prerrogativas legais dos demais cidadãos, permanece segregado do universo social e político mais amplo dos direitos. Quando acaba o seu dinheiro ele vai pedir emprego em uma padaria.

- Foi o senhor que anunciou um rapaz para...
- Foi; é o senhor? Respondeu-me logo sem me dar tempo de acabar.
- Sou, pois não.
- O gordo proprietário esteve um instante a considerar, agitou os pequenos olhos perdidos no grande rosto, examinou-me convenientemente e disse por fim, voltando as costas de mau humor:
- Não me serve.
- Por quê? atrevi-me eu.

⁹⁵Idem, p. 56, grifos meus.

- Porque não me serve.

E veio vagarosamente até uma das portas da rua, enquanto eu saía literalmente esmagado. Naquela recusa do padeiro em me admitir, eu descobria uma espécie de sítio posto à minha vida. *Sendo obrigado a trabalhar, o trabalho era-me recusado em nome de sentimentos injustificáveis. Facilmente generalizei e convenci-me que esse deveria ser o proceder geral. Imaginei as longas marchas que teria que fazer para arranjar qualquer coisa com que viver; as humilhações que teria que tragar; e, de novo, me veio aquele ódio do bonde, quando de volta da casa do Deputado Castro. Revoltava-me que me obrigassem a despendar tanta força de vontade, tanta energia com coisas em que os outros pouco gastavam. Era uma desigualdade absurda, estúpida, contra a qual se iam quebrar o meu pensamento angustiado e os meus sentimentos liberais que não podiam acusar particularmente o padeiro. Que diabo! Eu oferecia-me, ele não queria! Que havia nisso demais?*⁹⁶

Lima Barreto coloca uma questão importante para a condição do negro e do mulato pós-abolição. Demonstra o descompasso em relação aos “sentimentos liberais” de Isaías e a realidade brasileira do começo do século, pois nas entrelinhas da citação acima fica claro que o padeiro o preteriu por ser mulato. Nesse sentido, o escritor carioca revela que a democracia do início do Brasil republicano restringia-se ao nível muito vago das regras políticas, pois as práticas sociais estavam muito longe de serem democráticas.

Na segunda parte do romance - quando Isaías ingressa como contínuo num dos principais jornais da época, *O Globo* - Lima Barreto

⁹⁶Idem, p. 64, grifos meus.

realiza uma crítica mordaz da imprensa, pois demonstra como ela paulatinamente se corrompe⁹⁷. Está presente também uma crítica ao academicismo, simbolizada nos personagens Lobo, “o consultor gramatical”, e Floc, “o crítico literário”. E, durante o diálogo entre Floc e um repórter do jornal, Oliveira, patenteia-se o escárnio que a imprensa devotava ao negro e ao mulato.

Floc, porém, sobre todos tinha o grande prestígio de ter estado em Paris e ter sido segundo secretário da nossa legação em Quito. Por isso, ele mesmo se julgava mais despudoradamente artista que o resto dos rapazes que faziam literatura pelo Brasil em fora; e o seu estágio diplomático em Quito dava-lhe também uma infalível julgamento das coisas de alta elegância e um saber inarrável nas maneiras de tratar duquesas e princesas. Fazia a crônica literária, as crônicas teatrais dos espetáculos de todas as celebridades, as informações sobre literatura e pintura, além do plantão semanal em que ajeitava frases lindamente literárias, dados da psicologia *chic*, às notícias de assassinatos perpetrados por soldados ébrios na Rua São Jorge, não esquecendo nunca de dizer que o ‘criminoso’ é o tipo acabado do criminoso nato, descrito pelo genial criminalista italiano Lombroso. A sua entrada não perturbou a conversa.

- ... um moleque! zurrou o Oliveira.
- De quem falas, Oliveira? Indagou o recém-chegado.
- *Um mulato aí, um tal Andrade...*
- Icomoda-te o que ele escreve?
- Com certeza, pois se chama o doutor Ricardo de pirata, de barba roxa...

⁹⁷“O *Correio da Manhã* era atingido duramente pela pena do romancista, que o descrevia qual um museu de mediocridades, tendo à frente um diretor violento, mestre de descomposturas, destruindo reputações em nome da moral, mas que não passava, na realidade, de um êmulo de Tartufo, corrupto e devasso.

Nada mais natural, portanto, que o grande jornal se fechasse em copas, olímpicamente, sem tomar conhecimento sequer da existência de *Isaias Caminha* e do seu criador. O espírito de *coterie* fez o resto. Os demais jornais também receberam de pé atrás o livro inconveniente e atrevido, onde tantas figuras ilustres e respeitáveis - algumas delas, diga-se de passagem, falsamente ilustres e falsamente respeitáveis - eram retratadas ao vivo, quase sem nenhum disfarce.

Efetivamente, como pouca gente letrada no Brasil hoje ignora, o romance de Lima Barreto é uma sátira ao *Correio da Manhã*, escolhido entre os demais por ser o de maior sucesso, o mais representativo, o mais típico, o mais retratável dos órgãos da imprensa da época.” - BARBOSA, F. A., op. cit., p. 173-4.

- Ora! Tu! Essa gente está condenada a desaparecer, a ciência já lhes lavrou a sentença...

Ele de ciência sabia o nome e ignorava a conta de dividir. Calou-se um instante e acrescentou:

- É preciso fulminar os mulos!⁹⁸

A frase “esta gente está condenada a desaparecer, a ciência já lhes lavrou a sentença...” assinala a profunda influência do *racismo* da época de Lima Barreto. Nos primeiros anos do século XX alguns círculos recepcionaram intensamente uma literatura de caráter científico, que procurava confirmar as teses de “superioridade racial”. É com essas correntes que o autor pretende “opor argumentos”, demonstrando que o drama do negro e do mulato estava enraizado numa sociedade em que a democratização estava longe de ser alcançada. Isaías Caminha, que havia experimentado subjetivamente as possibilidades de ascensão social prometidas pela época republicana, chega a perceber objetivamente que a *igualdade social* anunciada pelo mundo pós-abolição é uma ideologia que encobre a *segregação* da “população de cor”. Apesar de Isaías ascender socialmente - enriquecendo e tornando-se deputado -, essa ascensão se corporifica pelas mãos paternalistas de Ricardo Loberant, diretor d’O

⁹⁸ Idem, p. 82-83.

Globo. Dessa maneira, Lima Barreto demonstra que a mobilidade social ocorre de forma individual e ocasional através do *favor* de um membro da elite.⁹⁹

Queria-me um homem do mundo, sabendo jogar, vestir-se, beber, falar às mulheres; mas as sombras e as nuvens começavam a invadir-me a alma, apesar daquela vida brilhante. *Eu sentia bem o falso da minha posição, a minha exceção naquele mundo; sentia também que não me parecia com nenhum outro, que não era capaz de me soldar a nenhum e que, desajeitado para me adaptar, era incapaz de tomar posição, importância e nome (...)* Desesperava-me o mau emprego dos meus dias, a minha passividade, o abandono dos grandes ideais que alimentara. Não; eu não tinha sabido arrancar da minha natureza o grande homem que desejara ser: abatera-me diante da sociedade; não soubera revelar-me com força, com vontade e grandeza... Sentia bem a desproporção entre o meu destino e os meus primeiros desejos; mas ia.

Lembrava-me da minha mãe, da sua miséria, da sua pobreza, naquela casa tosca; e parecia-me também condenado a acabar assim e todos nós condenados a nunca ultrapassar.

(...) Lembrava-me... Lembrava-me de que deixara toda a minha vida ao acaso e que não a pusera ao estudo e ao trabalho com a força de que era capaz. Sentia-me repelente, repelente de fraqueza, de falta de decisão e mais amolecido agora com o álcool e com os prazeres... *Sentia-me parasita, adulando o diretor para obter dinheiro...*

(...)

Sentia-me desgostoso por não ter tirado de mim nada de grande, de forte e ter consentido em ser um vulgar assecla e apaniguado de um outro qualquer. Tinha outros desgostos, mas

⁹⁹Este tipo de ascensão social está enraizado historicamente na sociedade brasileira, no que diz respeito às classes subalternas. De acordo com Marco Aurélio Nogueira, "(...) a massa escrava não só ficava reduzida a grave impotência política como convertia-se em presa fácil dos mecanismos de cooptação e favor engendrados quase espontaneamente pelo sistema societário da escravidão. Tais mecanismos alcançavam o escravo e reforçavam a sua condição de serviçal dócil e subalterno, acostumado a tudo esperar do senhor; mas agiam preferencialmente sobre os negros livres e alforriados, buscando transformá-los em não-negros bem-comportados e espertos o suficiente para aproveitar as chances oferecidas pela generosidade do senhor branco. Tanto num caso como em outro, acabaram por 'decapitar' eventuais lideranças, amortecer os impulsos de revolta e obter um acatamento passivo da ordem de coisas estabelecida: ao invés da emancipação coletiva, a ascensão individual pelas mãos dos poderosos. - NOGUEIRA, M. A. *As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984, p. 92, grifos meus.

*esse era o principal. Por que o tinha sido? Um pouco devido aos outros e um pouco devido a mim.*¹⁰⁰

Este romance narrado em primeira pessoa - no qual predomina mais ou menos um tom autobiográfico - ressalta, como já indicamos, a luta de Lima Barreto contra o *racismo* e a *exclusão dos negros*. Através dos desgostos íntimos do protagonista alavancados pelo preconceito, o autor procura retratar a “sorte” dos negros e dos mulatos em uma sociedade tão marcada pela instituição escravocrata que, mesmo depois de abolida, deixou a grande massa da população brasileira entregue a um baixo grau de *existência civil*. Isto porque a nossa *herança colonial* não desaparecera completamente, deixando o trabalhador, mesmo livre, quase sempre nas mesmas condições do escravo, dificultando profundamente a realização plena da cidadania.

¹⁰⁰BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*., op. cit., p. 134-7, grifos meus.

V. Vocês não sabem o que é ser mulato!

Numa e a ninfa é, sem dúvida, uma *charge* aos costumes políticos da Primeira República. Em suas páginas, Lima Barreto procura desnudar o espaço da nossa administração pública, ressaltando o predomínio nela dos interesses pessoais, do clientelismo, do nepotismo e da dissociação do legislador brasileiro em relação aos interesses populares. Neste último ponto, o romancista ressalta o divórcio existente entre a maioria da população e a instituição parlamentar, já que a exclusão do processo político atingia uma ampla porcentagem dos habitantes do território brasileiro. Para a elite, esse é o local da consagração, do enriquecimento e da impunidade¹⁰¹. Já no *Isaías Caminha* encontramos essas idéias.

Dirigi-me para a Câmara. A minha simplicidade tinha julgado fácil falar a um deputado na Câmara. Era proibido; só se trouxesse ingresso; contudo o porteiro disse-me que era melhor procurar o Doutor Castro na sua residência, que me ensinou; e eu fui assistir à sessão para encher o tempo e para travar conhecimento com o misterioso trabalho de fazer leis para um país. De fato, subi pensando no ofício de legislar que ia ver exercer pela primeira vez, em plena Câmara dos Senhores Deputados - augustos e digníssimos representantes da Nação Brasileira. Não foi sem espanto que descobri em mim um grande respeito por esse alto e venerável ofício. *Lembrei-me daqueles velhos legisladores da lenda e da História: os Manus, os Licurgos, os Moisés, Sótons, os Numas* - esses nomes todos que os povos agradecidos pela

¹⁰¹Sobre esse assunto consultar BRAYNER, S., op. cit., p. 164-5.

fecundidade e pela sabedoria de suas leis reverenciaram por dilatados anos, ergueram-nos à altura de deuses, consagraram-lhes templos magníficos.

(...)

Pensando, subia a escada da Câmara dos Deputados da República dos Estados Unidos do Brasil. Ao transpor a porta que dava para a galeria, vieram-me recordações dos grandes nomes que aquela instituição vira. Primeiro, as grandes figuras dos Andradas, orgulhosos e soberbos, no meio daquela agitação dos nossos primeiros anos de vida política. Foi uma rápida evocação: os dados históricos faltavam-me e os da tradição nenhuns eram; e eu, no momento, só relembrei a calma figura do patriarca que os retratos dos compêndios nos dão, e a eloquência tumultuária de Antônio Carlos a que freqüentemente se alude.

(...)

Um grande deputado de óculos e barba quadrada tonitruou: 'Peço a palavra para uma explicação pessoal.' O presidente voltou-se para um ajudante em pé, atrás e à direita, ouviu-o e, depois de tê-lo ouvido, retrucou: 'Tem a palavra o Senhor Carlos Barromeu.' Com certeza, pensei, esse homem foi ofendido e vai defender-se. 'Senhor Presidente' começou, 'há uma patologia social como há uma individual...'

Em resumo: o seu discurso afirmava que o chefe de polícia de Santa Catarina era um homem honesto e o jornalista que o insultara, um verme asqueroso e um réptil nojento.

O deputado sentou-se; a desordem aumentou. Encostado à primeira bancada, um rapaz lia um folheto; ao longo da mesa presidencial, na frente, atrás, dos lados, havia um vaivém continuado (...)

(...)

Preparei-me para sair e, quando voltava as costas para o recinto, vi encostado a uma janela no andar do recinto a figura espertalhona do Senhor Laje da Silva. Saímos eu e um outro popular, a quem perguntei: Que faz essa gente, hoje, aqui? *Que fazem, respondeu-me, sei lá... Isto é, explicou-me logo o que fazem sempre: leis.* Estávamos na rua. O dia que amanhecera lindo, e relativamente fresco, esquentara e o calor por aquela hora era tão forte como se estivéssemos em pleno verão.

(...) Ainda pouco familiarizado com o trânsito pesado da rua, atravessei a Rua Direita cheio de susto, cercado-me de mil cautelas, olhando para aqui e para ali, *admirado que aquela porção de gente trabalhasse sobre o sol tão ardente, sem examinar que valor tinham as suas Câmaras e o seu Governo. E a facilidade com que os aceitava, pareceu-me sentimento mais*

*profundo, mais espontâneo, mais natural que a minha ponta de crítica que já começava a duvidar deles.*¹⁰²

Em 3 de junho de 1911, a *Gazeta da Tarde* lançou o conto *Numa e a ninfa*. Mais tarde, entre 15 de março e 26 de julho de 1915, *A Noite*, outro jornal carioca, publicou o romance em folhetins. A trama desse livro se desenvolve em torno do arrivista Numa Pompílio de Castro, referência satírica à lendária figura que reinou em Roma de 714 a 671 a.C. O Numa Pompílio romano ia ao bosque para acolher as opiniões da Ninfa Egéria - que por isso ficou sendo conhecida como uma boa “conselheira secreta” - enquanto o Numa de Lima Barreto recebia os conselhos da Ninfa Edgarda, sua esposa¹⁰³. Portanto, já no próprio título do romance o autor deixa entrever o estilo caricatural e anedótico que acompanhará o desenvolvimento do enredo.

Numa Pompílio tem a mesma ambição de ascender socialmente agarrado a um título de doutor que Isaías Caminha. De origem humilde, “filho de um pequeno empregado de um hospital do Norte”,

¹⁰²BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, op. cit., p. 40-2, grifos meus.

¹⁰³BEIGUELMAN, P. *Por que Lima Barreto*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 46.

Numa vê no Direito não uma paixão por esse ramo do conhecimento, mas apenas uma forma de ascensão.

Não que houvesse nele um alto amor ao saber, uma alta estima às matérias que estudava e das quais fazia exame. Odiava-as até. Todas aquelas complicações de direitos e outras disciplinas pareciam-lhes vazias de sentido, sem substância, puras aparências e mesmo sem grande utilidade e significação, a não ser constituírem barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens.

O jovem Numa não separava o conceito das disciplinas do da formatura; Economia Política, Direito Romano, Finanças e Medicina Legal não respondiam a certas necessidades da comunhão humana; e, se tais matérias foram criadas, descobertas ou inventadas, *o foram tão somente para fabricar bacharéis em Direito. Com as outras carreiras acontecia o mesmo.*¹⁰⁴

Logo após a formatura o protagonista volta para a sua terra natal, onde não consegue nenhuma colocação. Entretanto, por intermédio do *favor* de uma alta autoridade da República, ele consegue o posto de “promotor de uma comarca de Estado longínquo”. Neste ponto, Lima Barreto caracteriza o espírito arrivista que norteia as ações de Numa.

Aos poucos, com aquele faro de adivinhar onde estava o vencedor - qualidade que lhe vinha não de uma sagacidade natural e própria, mas de uma ausência total de emoção e orgulho inteligente - foi subindo até juiz de Direito.¹⁰⁵

¹⁰⁴BARRETO, L. *Numa e a ninfa*. Rio-São Paulo-Porto Alegre: Gráfica Editora Brasileira, 1950, p. 16.

¹⁰⁵*Idem*, p. 17.

Numa Pompílio de Castro não poupa esforços e artimanhas para realizar a sua “escalada social”. A ascensão pelo casamento também é um meio utilizado por ele de forma pragmática.

De indústria, o juiz se mantivera até então solteiro. Esperava, com rara segurança de coração, que o casamento lhe desse o definitivo empurrão na vida. Aproveitara sempre o seu estado civil para encarrear-se. Ora ameaçava casar com a filha de Fulano e obtinha isto; ora deixava transparecer que gostava da filha de Beltrano, e conseguia aquilo; e se estava chefe de polícia, devia ao fato de ter julgado o Coronel Flores, poderosa influência do município de Catimbao, que Numa pretendia casar-se com a filha dele.

A presença da menina Cogominho fê-lo pensar mais alto e relembrar as suas desmedidas ambições casamenteiras. Não que ele fosse belo e galanteador, mas, perfeitamente sabia que essas coisas não são indispensáveis para um bom casamento, desde que o noivo não viesse a fazer má figura no eirado dos diplomatas e outras pessoas exigentes da representação interna e externa do Brasil.

Com toda firmeza, com aquela firmeza que empregou para formar-se, Numa tratou de casar-se com a filha de Cogominho e não viu diante dele obstáculo algum, como aquele não vira quando tratou de casar-se com a filha do capitalista Gomes.¹⁰⁶

Em 1885 o escritor francês Guy de Maupassant (1850-1893) escreveu *Bel-Ami*. Georges Duroy, protagonista do romance, é o rapaz de origem camponesa que vai à Paris do final do século XIX conseguir projeção social. Ao contrário de Numa, que não era “belo e galanteador”, Duroy “tinha bela aparência, por natureza e por pose de antigo suboficial” e, por isso, conseguia sucesso na sedução das

¹⁰⁶Idem, p. 19.

mulheres. E esse sucesso ele irá utilizar para ascender no meio social da capital francesa, como sugere o seu amigo Forestier.

Então Forestier riu-se: - Então, meu velho, sabes que tens verdadeiro sucesso junto às mulheres? É preciso cultivar isso. *Poderá levar-te longe.* - Calou-se um segundo, depois continuou, com esse tom sonhador das pessoas que pensam alto: - *É ainda por elas que se sobe mais depressa.*¹⁰⁷

Todavia, as semelhanças temáticas entre os romances do brasileiro e do francês não terminam por aí. Forestier era um jornalista que escrevia artigos políticos no *La Vie Française*, onde arranja um emprego para Duroy. Entretanto, quem fazia os artigos, primeiro para Forestier, e quando esse morre, para *Bel-Ami*, que se casa posteriormente com a mulher do amigo, é a Senhora Forestier. Mulher de dupla personalidade, freqüentadora da alta sociedade ao mesmo tempo que faz incursões noturnas no sub-mundo parisiense, podemos dizer que a personagem do romance de Maupassant desempenha um papel equivalente ao de Edgarda, suposta escritora dos discursos políticos de Numa na Câmara. Suposta porque no final do romance Lima Barreto esclarece que o escritor é Benevenuto, simultaneamente primo e amante da mulher do legislador. Contudo, há um contraste entre os dois romances: enquanto Numa se resigna diante da traição da

mulher para não perder o seu prestígio, Georges Duroy arquiteta friamente o flagrante de adultério da Senhora Forestier com Laroche-Mathieu para se casar com Suzanne, jovem e ingênua filha do milionário dono do jornal onde trabalhava.

Em verdade, Lima Barreto faz emergir, com a crítica a ascensão social pelo casamento, um tema importante para entendermos alguns aspectos da relação entre Estado e sociedade no Brasil. A família, desde os tempos coloniais, se transformou em uma instituição de vital importância para manter os interesses econômicos, políticos e sociais da elite num meio quase intocado pela intervenção estatal.

Com efeito, o Brasil colonial e monárquico foi em grande parte criado pelos grandes clãs que detinham a riqueza e o poder, e tudo fizeram ao longo dos anos para garanti-los como forma de sobrevivência. A economia brasileira sempre foi precária, prosperando e definhando conforme a demanda por determinados produtos agrícolas e recursos naturais preciosos nos mercados do Atlântico Norte. *O Estado, tradicionalmente desprovido de meios, delegava sua autoridade às famílias que, na costa e no interior, exerciam o poder de maneira informal, controlando os vitais recursos humanos e fundiários.*¹⁰⁸

Nesses termos, o *apadrinhamento* transformou-se em um elemento importante para a reprodução da vida social da elite, tanto no que se refere à prosperidade econômica como aos arranjos políticos.

¹⁰⁷MAUPASSANT, G. *Bel-Ami*. São Paulo: Abril Cultural, 1981, p. 20, grifos meus.

No caso de Numa, esse *apadrinhamento* transparece do seguinte modo: ele, um chefe de polícia apaniguado de políticos importantes, tira vantagens da sua posição para realizar um casamento que convenha às suas pretensões de mobilidade social.

O governador via com bons olhos a aproximação dos dois e pareceu-lhe que o casamento de ambos seria útil à sua política.

Conhecendo a fama do rapaz no Estado, a sua influência, o seu atrevimento, *o seu despudor em fazer do seu cargo judicial instrumento das ambições políticas do partido e de opressão para os seus adversários, Cogominho percebeu que era melhor tê-lo por aliado, antes que se unisse a Flores quase sempre disposto a não lhe obedecer totalmente.*

Era bom separar um do outro para que ambos mais tarde não lhe dessem que fazer o mesmo ‘tombo’. A desfaçatez judiciária de Numa dava medida do que ele era capaz de fazer quando solicitassem grandes ambições e tivesse o apoio familiar de Flores.

(...)

Pouco depois de eleito deputado estadual, Numa Pompílio de Castro casara-se com a filha de Neves Cogominho sem surpresa para ninguém, nem mesmo para Flores que apadrinhara o antigo chefe de polícia.¹⁰⁹

Esse é o caráter de Numa, tipo social do arrivista que viveu durante a Primeira República. Apesar de ser pobre como Isaías, ele é “branco” e doutor; além disso não sofre, como vimos nas *Recordações*, nenhum tipo de tormento moral por ser um joguete, um assecla dos poderosos. Por outro lado, como salienta Paula Beiguelman, este personagem tem a seu favor o fato de ser “branco”,

¹⁰⁹NEEDELL, J. D., *op. cit.*, p. 143, grifos meus.

elemento que impulsiona as suas pretensões de ascensão, pois tanto a política oficial do Itamarati como as reformas urbanas cariocas do período pretendiam a “ocultação” da população de cor por intermédio do “branqueamento”¹¹⁰.

A *Belle Époque* carioca traduzia esse anseio “branqueador” como um ideal de modernidade, obtendo o seu modelo na França e na Inglaterra. Inspirando-se nas obras que Haussmann, juntamente com Luís Napoleão, realizou em Paris entre 1853 e 1870, o prefeito Pereira Passos - que havia presenciado quando estudante na *École des Ponts e Chaussées* as reformas francesas - procurou levar a cabo com outros engenheiros experientes, tais como Lauro Müller, Paulo de Frontin, Aarão Reis e Jorge Lossio, a reforma da capital brasileira.

Pavimentou ruas, construiu calçadas e asfaltou estradas, abriu o túnel do Leme (o segundo a ligar o subúrbio distante de Copacabana aos subúrbios mais próximos da Cidade Velha), iniciou a avenida Atlântica, criou a avenida ligando os subúrbios do Flamengo e Botafogo, melhorou uma série de outras ruas, demoliu o decrepito mercado municipal que desfigurava o bairro da Glória, e ergueu outro perto das instalações portuárias e do movimento da Cidade Velha, embelezou locais como as praças Quinze de Novembro, Onze de Junho, Tiradentes, Glória, o largo do Machado, o Passeio Público e o Campo de Santana. *Pereira Passos atacou também algumas tradições cariocas. Proibiu a venda ambulante de alimentos, o ato de cuspir no chão dos bondes, o comércio de leite em que as vacas eram levadas de porta em porta, a criação de porcos dentro dos limites urbanos, a*

¹⁰⁹BARRETO, L. *Numa e a ninfa*, op. cit., p. 20.

¹¹⁰BEIGUELMAN, P., op. cit., p. 55.

*exposição de carnes nas portas dos açougues, a perambulação de cães vadios, o descuido com a pintura das fachadas, a realização do entrudo e os cordões sem autorização no Carnaval, assim como uma série de outros costumes “bárbaros” e “incultos”.*¹¹¹

Todo esse conjunto de atitudes foi tomado entre 1903 e 1906, no governo Rodrigues Alves. Destruíram-se bairros populares para colocar em seus lugares a “simbologia moderna” que a elite queria imprimir à visão arquitetônica do Rio de Janeiro. Era nada mais, nada menos, do que a pretensão de apagar o Brasil “africano”, colocando aqui as marcas da civilização européia.

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos de construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas [...] começamos a caminhar para a *reabilitação*.

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. *Era o gemido soturno e lamentado do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam.* Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.

Com que alegria cantavam elas - as *picaretas regeneradoras!* E como as almas das que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, *celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!*¹¹²

Esse caráter que procurava inscrever o Brasil na história da Civilização Ocidental esquecia que não bastava remodelar ruas e

¹¹¹NEEDEL, J. D., op. cit., p. 57, grifos meus.

avenidas, jogando a população pobre para os lugares mais distantes. Não havia, para que nós pudéssemos ingressar na modernidade de maneira efetiva, uma ampla política social que pudesse amparar os “excluídos”. É o que afirma o jornalista estrangeiro do *Isaías Caminha*, Ivã Gregoróvitch.

Nascera a questão dos sapatos obrigatórios de um projeto do Conselho Municipal, que foi aprovado e sancionado, determinando que todos os transeuntes da cidade, todos que saíssem à rua seriam obrigados a vir calçados. *Nós passávamos então por uma dessas crises de elegância, que, de quando em quando, nos visita. Estávamos fatigados da nossa mediania, do nosso relaxamento; a visão de Buenos Aires, muito limpa, catita, elegante, provocava-nos e enchia-nos de loucos desejos de igualá-la. Havia nisso uma grande questão de amor próprio nacional e um estulto desejo de não permitir que os estrangeiros, ao voltarem, enchessem de críticas a nossa cidade e a nossa civilização.*

(...)

E os da frente, os cinco mil de cima, esforçavam-se por obter as medidas legislativas favoráveis à transformação da cidade e ao enriquecimento dos patrimônios respectivos com indenizações fabulosas e especulações sobre terrenos. *Os Haussmanns pululavam.* Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, *queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos.*

(...)

- Agora, aqui para nós, aduzia Floc, a coisa é necessária... Causa má impressão ver essa gente descalça... Isso só nos países atrasados! Eu nunca vi isso na Europa...

- Ora, deixa-te disso, Floc, observou Gregoróvitch que entrara. No Norte, é justo, o clima, o gelo; mas no Sul, em Nápoles, na Grécia, vê-se muito...

¹¹²BILAC, O. *Chronica*, março de 1904 apud NEEDELL, J. D., op. cit., p. 70, grifos meus.

- Isso não é Europa.
- Engraçado! Com que liberdade modificas a geografia... E em Londres?
- Que tem Londres?
- Que tem! Não há cidade no mundo em que a multidão seja mais andrajosa, mais repugnante...
- Andam de casaco e sapatos! Gritou triunfalmente Floc.
- Que casacos! Que sapatos! Naturalmente que hão de procurar cobertura para o frio, mas onde vão buscá-las? Ao lixo e é um disparate! *Se queres uma multidão catita, arranja meios de todos serem remediados. Vocês querem fazer disso uma Paris em que se chegue sem gastar a importância da passagem e ao mesmo tempo ganhando dinheiro, e esquecem que o deserto cerca a cidade, não há lavoura, não há trabalho enfim...*¹¹³

Essa *modernização de fachada* não escondia a natureza excludente da nossa democracia. Cidade mais urbanizada, sem altos índices de analfabetismo, aparentemente o Rio de Janeiro poderia ser o espaço em que vigorasse melhor o exercício da cidadania. Todavia, apesar do voto censitário ter sido extinto, ainda era vetado o acesso a ele aos analfabetos e às mulheres.

A exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação e participação. O quadro agrava-se se examinarmos o uso que a população fazia da franquia existente, isto é, o número de fluminenses que se alistavam e realmente votavam nas eleições republicanas. Para a eleição da Constituinte em 1890, foram alistados 25 585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial, 9,5% da população adulta, 5,5% da população total. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894, votaram apenas 7 857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população. Em 1896 os alistados tinham subido para 42 252, mas nas eleições deste ano para o Congresso votaram

¹¹³BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*., op. cit., p. 99, 117-8, grifos meus.

13 127 eleitores, o que correspondia a 31% dos alistados, 13% do eleitorado potencial, 2,5% da população total.¹¹⁴

Essa exclusão política se agrava ainda mais se levarmos em conta que os próprios cidadãos não queriam participar das eleições pelo alto número de fraudes e violências praticadas pelos capangas dos chefes políticos. O primeiro ponto, as eleições forjadas à “bico de pena”, é assim explicitado por Lima Barreto: “Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até o Presidente da República, eram eleitos por sufrágio universal, e, lá, como aqui de há muito que os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral êste elemento perturbador - *o voto*¹¹⁵. Por outro lado, a questão da violência eleitoral aparece em vários lugares da sua obra, como na caracterização que ele faz de Marramaque em *Clara dos Anjos*.

Marramaque, apesar de tudo, do seu estado de saúde, da sua dificuldade de locomover-se, não deixava a mania inócua da política e ia votar, *com risco de se ver envolvido num barulho de sufrágio universal, puxado a navalha, rabo-de-arraia, cabeçadas, tiros de revólver e outras eloqüentes manifestações eleitorais, das quais, em razão do seu precário estado de pernas, não poderia fugir com segurança e a necessária rapidez*.¹¹⁶

¹¹⁴CARVALHO, J.M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 85.

¹¹⁵BARRETO, L. *Bruzundangas*. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Mérito, 1952, p. 89.

¹¹⁶BARRETO, L. *Clara dos Anjos*, op. cit., p. 20, grifos meus.

Em *Numa e a ninfa* é o mulato Lucrécio Barba-de-Bode quem personifica o tipo de “agente político” que garantia a “paz” das eleições. Carpinteiro, Lucrécio é aconselhado por um amigo a tomar parte na “política” para conseguir uma melhor colocação social.

Era um mulato moço, nascido por aí, carpinteiro de profissão, mas de há muito que não exercia o ofício. Um conhecido, certo dia, disse-lhe que ele era bem tolo em estar trabalhando como um mouro; que isso de ofício não dá nada; que se metesse em política. *Lucrécio julgava que esse negócio de política era para os graúdos, mas o amigo lhe afirmou que todos tinham direito a ela, estava na Constituição.*¹¹⁷

A partir daí Lucrécio passa a ter contato com políticos, participando de agitações na Câmara, brigas eleitorais, libertação de presos e assassinatos, tudo isso sob a proteção dos representantes da política republicana.

O cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país. Os representantes do povo não representavam ninguém, os representados não existiam, o ato de votar era uma operação de capangagem.¹¹⁸ exercício da cidadania política tornava-se assim caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com políticos; os verdadeiros

Lucrécio residia na Cidade Nova, zona suburbana do Rio de Janeiro. Quando Lima Barreto descreve esse bairro ele deixa

¹¹⁷BARRETO, L. *Numa e a ninfa*, op. cit., p. 40, grifos meus.

transparecer o profundo conhecimento que possuía da topografia carioca. Expõe as casas, ruas, hábitos e os vários grupos sociais que ali moravam.

A Cidade Nova não teve tempo de acabar e levantar-se do charco que era, não lhe deram tempo para que as águas trouxessem das alturas a quantidade necessária de sedimento; mas ficou sendo o depósito dos detritos da cidade nascente, das raças que nos vão povoando e foram trazidas para estas plagas pelos negreiros, pelos navios de imigrantes, à força e à vontade. A miséria uniu-as ou acamou-as ali; e elas lá afloram com evidência. Ela desfez muito sonho que partiu da Itália e de Portugal em busca de riqueza; e, por contrapeso, muita fortuna se fez ali; para continuar a alimentar e excitar esses sonhos.

(...)

Para os imitadores, nas 'revistas' de ano e nos jornais, de velhos e obsoletos folhetins, a população da Cidade Nova é quase inteiramente de cor, no que se enganam e em tudo o que mais se segue.

(...)

Já se vê, pois, que, ao lado da população de cor, naturalmente numerosa, há uma grande e forte população branca, especialmente de italianos e descendentes. Não é raro ver-se naquelas ruas, valentes napolitanos a sopesar na cabeça fardos de costuras que levaram a manufaturar em casa; e a marcha forçada faz os seus grandes argolões de ouro balançarem nas orelhas, tão intensamente que se chega a esperar que chocalhem.¹¹⁹

Estas camadas populares estavam praticamente excluídas de qualquer participação política. Lucrécio deixa de ser operário para cair no *lumpen*, sendo utilizado sem nenhuma compensação pelos chefes políticos. Ele é o elemento corrompido do sistema, pertencente àquela

¹¹⁸CARVALHO, J.M., op. cit., p. 89.

¹¹⁹BARRETO, L. *Numa e a ninfa*, op. cit., p. 61-2.

fração da sociedade que sente que o seu destino e o dos seus descendentes está fadado a uma constante marginalização. Essa situação Lima Barreto descreve quando Lucrécio observa o seu filho Lúcio.

O pai viu ainda os olhos luminosos da criança, carbunculando nas escleróticas muito brancas e pensou de si para si: que vai ser dele? Lembrou-se de dar-lhe dinheiro para os sapatos com que fosse à escola, mas estava atrasado na casa. A desordem de sua vida; antigamente... que vai ser dele? Bem arranjaria um emprego, fã-lo-ia estudar, e havia de tomar caminho. Que vai ser dele? E logo lhe veio o ceticismo desesperado dos imprevidentes, dos apaixonados e dos que erraram; há de ser, como os outros, como eu e muita gente. É sina!¹²⁰

Na cena seguinte, quando Lucrécio vai almoçar e pede ao filho que vá à venda comprar arroz, surge violentamente o desabafo desse personagem denunciando o preconceito de cor.

- Lúcio, vai lá à venda e diz ao 'seu' Antunes que mande um quilo de arroz. Ângela - ajuntou - dá o caderno.

O pequeno ficou enleado e, embora se houvesse erguido não moveu o pé; a mulher fez que não ouvia. Barba-de-Bode insistiu com fúria:

- Você não vai, rapaz? Não está ouvindo?

A mãe interveio:

- Sente-se aí!

- Como? - fez o pai.

- Então não sabe que o Antunes não nos fia mais?

- Porquê?

- Ora, por quê? Porque você não lhe paga e não estou para o pequeno ficar ouvindo desaforos!

Lucrécio ergueu-se, com os olhos fora das órbitas, rilhando os dentes e expectorou:

- Aquele... Ele me paga!

¹²⁰Idem, p. 65.

E dirigiu-se para o corredor; a mulher interveio:
- Que vai você fazer, Lucrécio? Você deve...
- Deixe-me! - disse ele.
- Não vá lá... Você tem um filho, homem de Deus!
Desvencilhou-se da mulher; ela, porém, ainda o deteve na sala de visitas, quase chorando:
- Não vá lá, Lucrécio! Não vá!
- *Deixe-me! Deixe-me! Vocês não sabem o que é ser mulato! Ora, bolas!*¹²¹

Personagem paralelo a Lucrécio Barba-de-Bode é o imigrante russo Gregory Petrovich Bogoloff. Bogoloff havia feito amizade com Lucrécio, que o hospeda em sua casa numa época em que o russo estava passando necessidade. Bogoloff formou-se na Faculdade de Línguas Orientais na Universidade de sua terra natal, e, curiosamente, possui alguns traços de Isaías Caminha. Como nota Lúcia Miguel Pereira, Lima Barreto via na pobreza do imigrante russo uma “equivalência da mestiçagem”, tanto no que se refere à inteligência que se “choca com o meio hostil” quanto à representação falsa que num primeiro momento ambos têm da vida social¹²².

Aquele contato com livros desde o meu nascimento deu-me ‘fumaças’ e a inaptidão do intelectual de origem obscura para o esforço seguido, quando se choca com o meio hostil. Não foi assim logo; antes, fiz o meu curso na Faculdade de Línguas Orientais da Universidade da cidade em que nasci, com certo vigor e muito entusiasmo. Aquela sórdida loja do meu pai, porém, foi para mim uma redoma, uma palácio de encantos, *que me tirou a visão nítida*

¹²¹Idem, p. 66-7, grifos meus.

¹²²PEREIRA, L. M. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção, de 1870 a 1920.*, op. cit., p. 297.

da vida, visão da sua injustiça natural, da sua baixeza imprescindível, do horror da sociedade e da vida.”

Anos passei dentro dos meus ‘indecentes sonhos’ de quimeras de justiça e de fraternidade, e eles se fizeram tanto mais fortes quanto eu lia a mais não poder, com a fúria de vício, com febre e terríveis anseios. Inutilizei-me.¹²³

A viagem de Bogoloff ao Brasil é descrita de maneira a realçar as condições inumanas a que estavam submetidos os imigrantes nos navios. Miseráveis, marginais no interior do próprio meio social, eles partem para um continente desconhecido em busca de uma perspectiva incerta de melhoria mínima das condições de vida.

Um agente que andava catando desgraçados para a sua mercancia, deu-me passagem e eu, com um saco, meio cheio de roupas miseráveis, e alguns francos, embarquei em Odessa e singrei o Mar Negro, em busca de Nápoles.

(...)

Não viram aquelas ondas os barcos dos fenícios, dos gregos, dos romanos? Aquele mar não os vira remados por escravos presos e seguros às suas bancadas? Não viram os delfins e tritões daquelas mitológicas vagas ser os mesmos chicoteados, para que não abrandassem na faina? Não viram eles comboios de escravos passarem daqui e dali para a onipotente Roma, para a feroz Bizâncio e para a sensual Estambul? E que continuavam a ver? Os grandes “steamers” ingleses e franceses com foguistas que sofriam mais que os remeiros antigos dos navios, como aquele em que eu vinha, *trazendo do fundo do Mar Negro mulheres tristes e famintas, para serem escravas em distantes regiões do globo, transformando o seu corpo em fonte de renda, em mercancia, em objeto de comércio? E os homens? Quantos não eram como eu, a que a necessidade, a miséria, a fome mais que a sede de fortuna, levavam a sair da terra de nascimento para ir buscar em outra talvez ainda a fome e quem sabe se não a morte.”*

(...)

¹²³BARRETO, L. Aventuras do Dr. Bogoloff. In: *Numa e a ninfa.*, op. cit., p. 219.

Não lhes falarei de Nápoles, lugar já clássico na terra, tão falado e tão descrito que é inútil tentar dizer qualquer coisa de novo sobre ele. Passamos, afinal, para o paquete que nos devia trazer diretamente para o Rio de Janeiro. Se a terceira classe daquele em que vim de Odessa era sórdida, agora aquela do navio em que estava era mais sórdida.

Éramos mais de quinhentos homens, mulheres e crianças, misturados nos beliches, amontoados como galinhas numa capoeira. A comida era uma infâmia; a sentina não se descreve; e nós tínhamos que passar aí bem quinze dias ou mais.

Na maioria eram italianos; mas havia alguns russos, uns pouco de armênios e meia dúzia de gregos.¹²⁴

Portanto, o escritor estabelece uma analogia entre os navios que traziam os imigrantes e os negreiros. Esses estrangeiros são transportados sem as mínimas condições de higiene e de alimentação razoável, preâmbulo que anuncia as imensas dificuldades que eles iriam enfrentar em terras brasileiras.

O mar tenebroso dos navegadores da Renascença foi atravessado por nós. Dir-se-ia que eles o temeram em vão; estava espelhento que nem um lago, e doce e tranquilo.

Eu que não conhecia quase a história daquelas águas nem das terras que elas banhavam, só me lembrava que aquele era o mar da escravidão moderna, o mar dos negreiros, e que assistira durante três séculos aquele drama de sangue, de opressão e de saque, que foi o aproveitamento das terras da América pelas gentes da Europa.

Pensei comigo que em presença daquelas altas manifestações da natureza só me vinham pensamentos tristes e, longe de ter a esperança natural do emigrante, de riqueza e abastança, ia-me n'alma o mesmo desespero que tinha em Odessa.”¹²⁵

¹²⁴Idem, p. 225, grifos meus.

¹²⁵Idem, p. 227-8, grifos meus.

E as dificuldades começam a ser sentidas por Bogoloff no desembarque. A semelhança do preconceito sofrido pelo russo e por Isaías é patente. Nas *Recordações* ele se expressa quando o protagonista está na delegacia para ser interrogado sobre o já aludido caso do Hotel Jenikalé.

O delegado pareceu-me um medíocre bacharel, uma vulgaridade com desejos de chegar a altas posições; no entanto, havia na sua fisionomia uma assustadora irradiação de poder e força. Talvez se sentisse tão ungido da graça especial de mandar, que na rua, ao ver tanta gente mover-se livremente, havia de considerar que o fazia porque ele deixava. Interrogou-me de mau humor, impaciente, distraído, às sacudidelas. Repisava uma mesma pergunta; repetia as minhas respostas. A sua impaciência levava-o a perder tempo. Não dava grande atenção ao interrogatório; olhava com insistência a rua, os bondes que passavam em cortinas arriadas. Num dado momento, como querendo levar a coisa ao cabo, perguntou pela terceira vez:

- Qual a sua profissão?

- Estudante.

- Estudante?

- Sim, senhor, estudante, repeti com firmeza.

- Qual estudante qual nada!

(...)

- Está rindo-se, 'seu' malcriado! fez ele mudando repentinamente de tom. Muita coisa! É que você não é estudante nem nada; não passa de um malandro muito grande!¹²⁶

Enquanto o *status* de estudante de Isaías Caminha é rejeitado pelo delegado por ele ser mulato, a posição de professor do russo ao tentar ingressar em terras brasileiras é contestada também preconceituosamente pelo agente de polícia, que enxergava na

etimologia dos nomes eslavos uma ponta de subversão apoiada no anarquismo ou na exploração de prostitutas.

Eu continuava no meu francês e parecíamos querer não sair disto, quando um dos circunstantes que falava francês prestou-se a auxiliar o policial marítimo que me interrogava. Respondi dessa feita que me chamava:

- Gregory Petrovitch Bogoloff.

(...)

- Qual é a sua profissão?

O intérprete traduziu em francês e eu respondi:

- Sou professor.

O homem pareceu não se conformar, olhou-me muito e disse à queima roupa:

- Você não é 'cáften'?

Logo percebi o sentido da palavra, fiquei indignado, mas me contive e por minha vez indaguei:

- Por quê?

O homem da polícia explicou muito ingenuamente:

- Êstes nomes em 'itch', em 'off', em 'sky', quase todos são de cáftens, não falha!

Disse-lhe então que não era, nem nunca tinha sido, mas o homem não acreditou nas minhas palavras e insistiu:

- Se você não é 'cáften', é anarquista.

Ainda protestei, ainda desfiz-me em explicações, mas o homem não acreditou nas minhas palavras e insistiu:

- Esses nomes em 'itch', em 'off', em 'sky', polacos e russos, quando não são de 'cáftens', é anarquista.¹²⁷

Firmando-se como cultivador “num núcleo colonial de um Estado do Sul”, Bogoloff entra em contato com a dura realidade da organização econômica do Brasil, que se caracterizava pela sua vocação secular de abastecedora dos mercados internacionais de produtos tropicais ou minerais.

¹²⁶BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*., op. cit., p. 58-9.

Durante muito tempo, a fortuna do Brasil veio do pau de tinturaria que lhe deu o nome, depois do açúcar, depois do ouro e diamantes; aos poucos, por isso ou por aquilo, alguns desses produtos foram perdendo o valor ou, quando não, deixaram de ser encontrados em abundância.

Mais tarde vieram o café e a borracha, produtos ambos, que, por concorrência, quanto ao primeiro, e também, quanto ao segundo, pelo adiantamento das indústrias químicas, estão à mercê de uma valorização repentina.

Nunca a sua vida se baseara num produto indispensável à vida ou às indústrias, no trigo, no boi, na lã ou no carvão. Não era mesmo uma Austrália, não era mesmo uma Argentina, nem uma Índia com os seus arrozais. A sua vida fôra sempre de expedientes e, sem carvão, e sem esses produtos primários para a existência, tinha de pagá-los caro, não só eles mas os manufaturados, de forma a não ter reservas de riquezas.

(...)

Não quero transformar a narração das minhas aventuras em ataque sistemático a essa boa terra do Brasil; e se falo nisso é para lhes mostrar quais os fatos que determinaram o mecanismo psíquico que me levou a abandonar a vida honesta de trabalho.¹²⁸

Com efeito, Lima Barreto aponta um aspecto importante da economia brasileira, desenvolvido posteriormente por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*, ou seja, a natureza cíclica da nossa vida econômica. Culturas plantadas em imensos latifúndios dependiam de uma conjuntura internacional favorável para a sua comercialização, bem como dos recursos naturais disponíveis na região. Quando um desses dois fatores eram abalados, aquela produção - açúcar, ouro, diamantes, café, etc. - começa a decair até

¹²⁷BARRETO, L. Aventuras do Dr. Bogoloff., op. cit., p. 229-230.

¹²⁸Idem, p. 233-4.

desaparecer. Esses ciclos, apesar de se debruçarem sobre produtos diferentes, vêm cumprir a mesma função, no tempo e no espaço: fornecer ao mercado internacional produtos minerais ou tropicais de elevado valor, único motivo da existência econômica do Brasil em toda a Colônia, Império e Primeira República. Como aponta Lima Barreto, é uma organização econômica que vive de *expedientes*, não oferecendo à população condições mínimas de sobrevivência.

Esta evolução ciclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caracter da economia brasileira (...) Como vimos, é em base precaríssimas que ela se assenta. Não constitui a infra estrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la; *o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um 'mecanismo', de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordina-se portanto inteiramente a tais objetivos, e não conta com forças próprias e existência autônoma.*¹²⁹

Portanto, é essa falta de amparo à sobrevivência da população - que é apenas um elemento que impulsiona a economia brasileira embasada em objetivos exógenos - uma característica formadora da psique de Bogoloff, que se dedicará a viver de *expedientes*, isto é, de meios ilícitos por não possuir um modo seguro onde possa retirar o

seu sustento. Torna-se cínico, charlatão e conivente com as formas corruptoras da nossa administração pública, chegando a ser Diretor da Diretoria da Pecuária Nacional. A exemplo de Numa, não lhe ocorre nenhum tormento moral proveniente de suas atitudes, pois ele é branco e ainda por cima doutor, apesar de ser estrangeiro e imigrante.

Isto posto, pode-se dizer que a obra de Lima Barreto se destaca pelo fato de que seus personagens procuram refletir os problemas fundamentais da Primeira República. Uma República que não havia ainda se desvencilhado totalmente do passado colonial e imperial.

Os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e de pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. *O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política.* Ao mesmo tempo, setores do pensamento brasileiro vacilavam em face de inclinações um tanto exóticas e demoravam-se para encontrar com a realidade social brasileira.¹³⁰

¹²⁹PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942, p. 123, grifos meus.

¹³⁰IANNI, O. *A Idéia de Brasil Moderno*, op. cit., p. 33, grifos meus.

VI. Considerações Finais

Sempre atento ao seu momento histórico, Lima Barreto procurou analisar com aguda sensibilidade o drama do negro e do mulato em seus escritos. A situação de trabalhador livre e de cidadão na vida social da Primeira República não se concretizou de fato, pois a sua obra demonstra a desigualdade de ingresso dos negros e mulatos tanto na esfera do trabalho como na organização democrática da sociedade. Nesse sentido, podemos perceber as dificuldades enfrentadas pela modernização no Brasil, que ao anunciar no campo teórico a igualdade legal-formal e a livre competição, relegou ao segundo plano a sua instauração na prática, uma vez que uma “mentalidade tradicional” nos prendia ao passado, impedindo a difusão da modernidade.

Nesses termos, podemos considerar o escritor carioca como um dos representantes de uma corrente mais crítica do pensamento brasileiro do início do século XX. Dialogou com um tipo de pensamento que se embasava num discurso racial e que legitimava a edificação de projetos políticos conservadores, bem como criava hierarquias rígidas entre os homens, “cientificamente” explicadas.

Assim, se ao adotar o jargão evolucionista e racial essas elites letradas acabavam assumindo uma espécie de consciência do atraso, também buscavam nele respaldo para redimensionar uma discussão sobre a igualdade entre os homens e, por conseguinte, sobre critérios diferenciados de cidadania.¹³¹

Portanto, a sociedade brasileira era apenas formalmente igualitária, e o dogma racial buscava naturalizar as desigualdades. Lima Barreto, escritor inconformado, tomou o partido dos marginalizados, das classes mais desfavorecidas. Com seus ataques violentos aos “donos do poder”, transcendeu a sua época, pois demonstrou os elementos essenciais que comandam a sociedade brasileira, do passado e do presente.

Tanto no poema em prosa de Cruz e Sousa quanto em numerosas passagens ficcionais e críticas de Lima Barreto pode-se admirar a ação de uma inteligência aguda, capaz de afrontar os dogmas do imperialismo racial.

Ambos arrancam das entranhas da própria condição de escritores pobres e marginais uma rara lucidez contra-ideológica. Estava se formando, no período, uma cultura de resistência (estimulada, em Lima Barreto, pelo contacto com grupos anarquistas e socialistas): um ideário que em nada condizia com a visão oficial e amena da República nascente.

O Treze de Maio não é uma data apenas entre outras, número neutro, notação cronológica. É o momento crucial de um processo que avança em duas direções. Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil *moderno*, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tanguado para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco.

¹³¹MORITZ, L. M., op. cit., p. 241.

O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não. Não se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas este passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele.¹³²

¹³² BOSI, A. Sob o Signo de Cam. In: *Dialética da Colonização*, op. cit., p. 272.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE LIMA BARRETO

Romances

1. Recordações do Escrivão Isaías Caminha.
2. Triste Fim de Policarpo Quaresma.
3. Numa e a Ninfa.
4. Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá.
5. Clara dos Anjos.

Narrativas Humorísticas

1. Aventuras do Dr. Bogóloff.

Contos

1. Histórias e Sonhos.
2. Histórias e Sonhos - Outras Histórias e Contos Argelinos.

Sátiras

1. Os Bruzundangas.

Crônicas

1. Bagatelas.
2. Feiras e Mafuás.
3. Marginália.
4. Coisas do Reino de Jambom.
5. Vida Urbana.

Memórias

1. Diário Íntimo.

Crítica Literária

1. Impressões de Leitura.

Epistolografia

1. Correspondência Ativa e Passiva.

Levantamento Bibliográfico sobre a Obra de Lima Barreto

AIEX, A. *As Idéias sócio-literárias de Lima Barreto*. São Paulo: Vértice, 1990.

ANTONIO, J. *O escritor assume a sua cor. É Lima Barreto*. Leitura, São Paulo, abr. 1993, ano I, nº 11.

BARBOSA, F. A. *A Vida de Lima Barreto*. 5ª ed. São Paulo: José Olympio, 1975.

BARBOSA, F. A. Prefácio. In: *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

BARBOSA, F. A. *A Missão de Lima Barreto. O Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 abr. 1991, Caderno de Cultura.

BEIGUELMAN, P. *Por que Lima Barreto*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BOSI, A. O romance social: Lima Barreto. In: *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

BOSI, A. Lima Barreto e Graça Aranha. In: *O Pré-Modernismo*. 5ª ed. São Paulo: Cultrix, s.d.

BOSI, A. Sob o signo de Cam. In: *A Dialética da Colonização*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BROCA, B. *Lima Barreto contra o "Futurismo"*. *Letras e Artes*, São Paulo, 16 mar. 1952.

CARVALHO, F. *Lima Barreto*. Araraquara, 1973. Tese de Livre Docência, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP.

ÇA, V. *Cartas a Lima Barreto*. *Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, nov. 1949.

CHAVES, S. *O cronista do Rio*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 maio 1991.

CANDIDO, A. Os olhos, a barca e o espelho. In: *A Educação pela Noite & outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSTA, F. M. *O bufão e o precipício*. *Rio Artes*, Rio de Janeiro, nº 11, 1994.

CURY, M. Z. F. *Um Mulato no Reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Editora Cortez, 1981.

COUTINHO, C. N. O significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira. In: *Realismo e Anti-Realismo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FANTINATI, C. E. *O Profeta e o Escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. Ilpha-Hucitec, 1978.

FILHO, O.C. L. *A Realidade Inapta. O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 nov. 1987.

FIGUEIREDO, C. L. N. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FIGUEIREDO, J. Prefácio. In: *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

FREIRE, G. Prefácio. In: *Diário Íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

GICOVATE, M. *Lima Barreto: uma vida atormentada*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

GOMES, E. Prefácio. In: *O Cemitério dos Vivos*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

GRIECO, A. Prefácio. In: *Marginália*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

HOLANDA, S. B. Prefácio. In: *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

HOUAISS, A. Prefácio. In: *Vidas Urbanas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

IVO, L., ASSIS BARBOSA, F. *Lima Barreto: a vida e a obra do grande escritor brasileiro*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 10 maio 1981, Caderno de Cultura.

LIMA, A. A. Prefácio. In: *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

LIMA, O. Prefácio. In: *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Mérito, 1948.

LINS, O. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Editora Ática, 1976.

MONTENEGRO, O. Prefácio. In: *Coisas do Reino de Jambom*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

PEIXOTO, S. A. *A Vida é um Conto do Vigário*. *Suplemento Literário*, 20 jul. 1985, nº 981.

PEREIRA, A. Prefácio. In: *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

PEREIRA, A. *Interpretações*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante, 1944.

PEREIRA, L. M. Prefácio. In: *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Mérito, 1948.

PEREIRA, L. M. Prefácio. In: *Histórias e Sonhos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

PEREIRA, L. M. Prenúncios Modernistas. In: *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção, de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

PEREZ, M. A. *Um Mestiço chamado Lima Barreto*. *Suplemento Literário*, Minas Gerais, 9 maio 1981.

PIMENTEL, O. Prefácio. In: *Os Bruzundangas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

PRADO, A. A. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/Mec, 1976.

PROENÇA, C. Prefácio. In: *Impressões de Leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

QUADROS, B. Prefácio. In: *Correspondência, tomo II*. Editora São Paulo: Brasiliense, 1956.

REGO, J. L. Sobre Lima Barreto. In: *Vida e Poesia*. Rio de Janeiro: Universal, 1945.

RESENDE, B. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Campinas: Editora Unicamp, 1993.

RIBEIRO, E. *Um pouco de prosa com Lima Barreto. Leitura*, São Paulo, 5 maio 1987.

RIBEIRO, J. Prefácio. In: *Numa e a Ninfa*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RIBEIRO, L. G. *Lima Barreto. Jornal da Tarde*, São Paulo, 9 maio 1981, Caderno de Programas e Leituras.

RÓNAI, P. Prefácio. In: *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Mérito, 1949.

SANTOS, A. N. Prefácio. In: *Correspondência, tomo I*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

SEVCENKO, N. *A Hora e a Vez do Prosador Genial*. Revista *Isto É*, São Paulo, 1 set. 1993.

SILVA, H. P. *Lima Barreto: escritor maldito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília:INL, 1981.

SILVA, M. *Primeira República e o Maximalismo no Brasil*. *Leitura*, São Paulo, 12 mar.1994.

Bibliografia Referencial Temática

BANDEIRA, M. L. *Território Negro em Espaço Branco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BEIGUELMAN, P. Sobre o problema do escravismo. In: *Pequenos Estudos de Ciência Política*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1973.

BEIGUELMAN, P. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

BOSI, A. *As Letras na Primeira República*. In: *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1985.

BOSI, A. A escravidão entre dois liberalismos. In: *Dialética da Colonização*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, A. *O Pré-Modernismo*. 5ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, s.d.

CAMPOS, P. M. Imagens do Brasil no Velho Mundo. In: *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, vol. I, 1970.

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*. 7ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2 volumes, 1993.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: DIFEL, 1962.

CARDOSO, F.H. Classes Sociais e História: considerações metodológicas. In: *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, F.H. Condições Sociais da Industrialização: o Caso de São Paulo. In: *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: DIFEL, 1969.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 1ª ed. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COSTA, J. C. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2 volumes, 1978.

FERNANDES, F. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: DIFEL, 1972.

FERNANDES, F., BASTIDE, R. *Branços e Negros em São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FRANCO, M. S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Editora Kairós, 1983.

GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1980.

GRAHAN, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

IANNI, O. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

IANNI, O. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

IANNI, O. *As Metamorfoses do Escravo*. 2ª ed. São Paulo/Curitiba: Hucitec, 1988.

KOWARICK, L. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LUKÁCS, G. *Ensaio Sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. *Realismo Crítico Hoje*. Brasília: Editora de Brasília, 1969.

LUKÁCS, G. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, G. *Ensayos Sobre El Realismo*. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, s.d.

MARTINS, W. *História da Inteligência Brasileira*. Cultrix; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977-8.

MAUPASSANT, G. *Bel-Ami*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MONTAIGNE, M. Dos Canibais. In: *Ensaio*. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 99-100.

NEEDELL, J. D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, M. A. *As Desventuras do Liberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

PRADO JÚNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, tomo I, 1902

SERNA, J. A. R. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: EDUSP, 1995.

SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

SEVCENKO, N. *Literatura como Missão*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SODRÉ, N. W. *História da Literatura Brasileira*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

WEBER, M. *História Geral da Economia*. São Paulo: Editora Mestre Jou, s.d.